



« Vales, Bônus e Bilhetes »

COLEÇÃO SANTANDER BRASIL





« Vales, Bônus e Bilhetes »

COLEÇÃO SANTANDER BRASIL

São Paulo, dezembro de 2021



É com alegria que apresentamos o livro *Vales, Bônus e Bilhetes – Coleção Santander Brasil*, publicação que tem por objetivo divulgar nossa coleção de papéis que circularam no Brasil como uma espécie de moeda paralela à oficial.

Tratam-se de meios de pagamentos usados para troco ou que circulavam substituindo o dinheiro em períodos de crise sob a forma de vales para o pagamento de funcionários, vales-troco emitidos por comerciantes, bilhetes de passagens, além de bônus e apólices da dívida pública de estados e municípios.

Alguns desses papéis remontam ao início do século XIX, como é o caso de um exemplar raro dos “conhecimentos da República Rio-Grandense”, papéis emitidos em 1839 no contexto da Revolução Farroupilha no Rio Grande do Sul. Outros, bem mais recentes, foram emitidos como vales-troco e bilhetes de transporte impressos nas décadas de 1950 e 1960.

Ao longo do século XX, conforme o crédito bancário ia se disseminando na economia brasileira, a demanda por moedas metálicas de baixo valor foi diminuindo, desaparecendo por completo apenas nas últimas duas décadas com o surgimento de boletos, meios eletrônicos de pagamento e finalmente o Pix.

Boa leitura!

Patricia Audi

Vice-presidência de Comunicação, Marketing, Relações Institucionais e Sustentabilidade Santander



☞ SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO As linguagens gráficas do dinheiro paralelo	8
INTRODUÇÃO Quase moedas	23
CAPÍTULO 1 Uma questão de formalidade	27
CAPÍTULO 2 A moeda do povo	35
CAPÍTULO 3 O vale do escravizado e do assalariado	41
CAPÍTULO 4 Os vales na ilegalidade	53
CAPÍTULO 5 A praga dos vales	57
CAPÍTULO 6 Uma moeda falsa, mas oficial	67
CAPÍTULO 7 Dinheiro de revolucionário	79
CAPÍTULO 8 A força do hábito	89
CAPÍTULO 9 Trocando em miúdos	103
NOTAS	106
VALES EM NÚMEROS	109
GLOSSÁRIO	110
BIBLIOGRAFIA	112



APRESENTAÇÃO

As linguagens gráficas do dinheiro paralelo



Quem nunca sonhou em imprimir o próprio dinheiro? Pois não foram poucos aqueles que concretizaram essa ideia ao longo da história. Neste livro, você verá uma ampla amostragem de impressos dos mais variados tipos que circularam no Brasil dos séculos XIX e XX e que foram produzidos por estados, municípios — instâncias governamentais que não detinham o direito legal de produzir papel-moeda — e também por entes privados, como comerciantes e proprietários rurais. No tempo em que circularam, eles de fato valiam dinheiro. Este breve ensaio aborda a história gráfica que se depreende dos exemplares da extraordinária Coleção Santander.



Os vales oferecem um leque de recursos gráficos. Do ponto de vista da linguagem, é possível ordená-los em uma linha de complexidade decrescente: em um extremo, estão os impressos requintados, produzidos por gráficas especializadas; no outro, impressos muito simples, de ar quase caseiro.

Produzir dinheiro, é claro, custa dinheiro. Várias das peças do primeiro extremo impressionam pelo investimento monetário exigido para sua produção. À medida que se caminha pela linha, o apuro gráfico vai dando lugar a soluções menos elaboradas – ora surpreendentes, ora curiosas, mas quase sempre saborosas. Esse segundo extremo abriga uma face mais prosaica dos vales; é nele que é possível entrever índices da vida cotidiana dos períodos em que circularam.

Como estratégia analítica, este ensaio se baseia em cinco tipologias, propostas a partir das linguagens visuais exibidas por esses impressos. O ponto de partida são aqueles de perfil mais institucional, enquanto no final estão os que ficam no limite do improvisado. A ideia aqui é oferecer ao leitor um passeio pela paisagem gráfica desse surpreendente e pouco conhecido território do dinheiro paralelo.

TIPOLOGIA 1

Referência gráfica: cédulas

A referência gráfica predominante nesta primeira tipologia é o papel-moeda — ou a cédula, para usar uma expressão mais comum. Os vales são feitos de modo a sugerir que o usuário tem em mãos uma

cédula. Alguns usam até mesmo recursos de calcografia, uma técnica rara e cara utilizada em impressos de segurança.

Essa aparência — uma identidade gráfica, na verdade — foi predominante nas cédulas do mundo inteiro até meados do século XX. As duas principais empresas fabricantes eram a Thomas de La Rue, da Inglaterra, e a American Bank Note, dos Estados Unidos. Ambas contavam com exímios desenhistas e produziam cédulas para o mundo inteiro, o Brasil inclusive. Os vales O Tesouro do Estado do Rio Grande do Sul e Banco Emissor de Pernambuco bebem diretamente dessa fonte. Não por acaso, as duas casas emissoras são instituições estatais, reforçando ainda mais o caráter oficial dessas “quase cédulas”.

TIPOLOGIA 2

Referência gráfica: documentos financeiros

Os vales da Coleção Santander inscrevem-se na vasta categoria dos “impressos de segurança”, que inclui desde a carteira de identidade até o ingresso do show de rock. Suas características gráficas nascem de uma necessidade prática muito precisa: dificultar a produção de cópias indesejadas — ou seja, falsificações. Para isso, os impressos mais requintados lançam mão de ornamentos gráficos intrincados, que só podem ser produzidos por meio de equipamentos de desenho e impressão muito especializados.

Dentro da categoria dos “impressos de segurança”, o segmento financeiro ocupa lugar de destaque. A cédula pode ser considerada a



 No alto: bilhete de 100.000 réis do Banco Emissor de Pernambuco, 1890.
 Acima: bônus de 5.000 réis do Tesouro do Estado do Rio Grande do Sul, 1932. Coleção Santander Brasil.



No alto: apólice de 100 réis do estado de Pernambuco, 1896.
Acima: vale de 1.000 réis da firma Viúva Modesto Mendes & Filho. Ceará, s/d.
Coleção Santander Brasil.

responsável pela própria origem da categoria, além de ser o tipo de maior visibilidade e de uso mais extensivo. Além da cédula, o segmento financeiro produz uma infinidade de outros impressos menos conhecidos do grande público, tais como apólices, títulos, promissórias ou ações. Vamos chamá-los aqui de “documentos financeiros”. Os recursos de segurança usados nesses impressos nasceram nas cédulas. Ao migrarem para esses outros papéis, acabaram criando uma identidade visual própria do segmento.

Da mesma forma como reconhecemos uma cédula de imediato, o mesmo acaba ocorrendo com esses outros impressos, que logo relacionamos ao universo financeiro. Assim, esta segunda tipologia de vales faz referência à linguagem gráfica dos documentos financeiros em geral, constituindo um desdobramento da primeira, pois usa ornamentos gráficos derivados das cédulas, tais como guilhocês, florões e molduras.

Os documentos financeiros têm características próprias de diagramação em relação às cédulas. A principal peculiaridade diz respeito ao uso de numerais. Enquanto nas cédulas eles normalmente têm grande destaque, de modo a serem identificados de imediato, nos documentos financeiros eles costumam ser mais discretos e podem nem mesmo existir. Uma segunda característica é que eles costumam se estruturar em torno de um texto discursivo mais extenso, que constitui o coração da informação veiculada. Assim, enquanto nas cédulas as informações são relativamente independentes umas em

relação às outras, nos documentos financeiros há uma linearidade discursiva maior.

As duas peças aqui reproduzidas são exemplos distintos de uso do léxico gráfico que tem como referência a linguagem dos documentos financeiros. A Apólice da Dívida Pública do Estado de Pernambuco é um documento financeiro na acepção do termo. Já o vale Armazens Viúva Modesto Mendes & Filho, de Sobral, no Ceará, busca amenizar o problema da falta de troco. Chega a ser divertido um impresso destinado a um uso tão prosaico lançar mão de um referencial gráfico finamente elaborado e relativamente distante do cotidiano do cidadão comum.

TIPOLOGIA 3

Referência gráfica: selos postais

Concluindo as tipologias que fazem referência a impressos de segurança, neste grupo o diálogo gráfico é com a linguagem dos selos postais. Para falar de selos, cabe antes um registro: do século XIX até meados do século XX, eles eram muito mais presentes na vida cotidiana do que hoje. A troca de correspondência física entre as pessoas era um hábito quase diário, enquanto atualmente ela está mais restrita a remessas de caráter comercial ou profissional — contas, compras, materiais de trabalho entre empresas. Como consequência dessa relativa importância de que o selo gozava, o colecionismo filatélico era uma atividade muito difundida, que chegou a contar com colunas especializadas em jornais e revistas.



De cima para baixo:

bilhete de bonde da prefeitura de Rio Grande. Rio Grande do Sul, 1937.

Troco de 500 réis da casa Bom Marché. Pará, s/d.

Troco de 100 réis da Pharmacia do Reducto. Pará, s/d.

Troco de 100 réis da Empresa do Tabaco Maramaldo. Pará, s/d.

Coleção Santander Brasil.

Nos últimos 50 ou 60 anos, a linguagem gráfica dos selos postais foi crescendo em diversidade. Antes disso, era menos variada e bem mais próxima da que se depreende destes quatro vales. Neles, os numerais são o principal destaque e os elementos gráficos se limitam a letras e ornamentos. A lateral picotada, talvez o traço mais característico dos selos, está presente em três deles. Pode-se dizer que esses quatro vales compõem um bom retrato de como eram os selos postais no final do século XIX e início do século XX.

TIPOLOGIA 4

Referência gráfica: segmento editorial

Os diversos segmentos de produtos gráficos ainda não haviam consolidado suas identidades visuais no período entre o final do século XIX e começo do XX. Havia um relativo intercâmbio entre eles, de tal forma que um impresso de determinado segmento podia fazer uso de recursos de outro segmento não diretamente relacionado a ele.

A produção de livros, revistas e jornais respondia pelo principal volume de publicações impressas, constituindo o chamado segmento editorial. Em virtude do amplo alcance de sua difusão, o repertório veiculado por ele é responsável em grande medida pela cultura gráfica predominante em cada período. Lembrando das contaminações de repertórios visuais entre os diversos segmentos, por vezes há semelhanças quanto ao uso de determinados recursos gráficos. Pode-se dizer que o

principal elo comum naquele período era o uso extensivo do ornamento.

A litografia e a tipografia eram os dois sistemas de impressão mais difundidos. No primeiro, um desenho é feito manualmente sobre uma pedra especial, chamada pedra litográfica, uma peça cara e pesada, de manipulação difícil e capaz de produzir impressões de alto requinte. Já na tipografia, a informação impressa é produzida por várias peças prontas de chumbo arranjadas ao modo de um carimbo. É o sistema cuja invenção é atribuída a Gutenberg, e que também é conhecido como “tipografia de tipos móveis de chumbo”. As peças, em sua maioria letras, eram compradas pelas gráficas brasileiras de fabricantes europeus. No entanto, além das letras, a tipografia contava também com famílias de ornamentos. Elas eram compostas de fios, vinhetas, molduras, cantoneiras e caracteres especiais, podendo ser muito extensas. A quantidade de tipos de letras e de ornamentos era um fator de diferenciação entre os estabelecimentos impressores, mais conhecidos como gráficas.

Entre figuras e letras

Os vales mostrados ao lado são exemplos da influência da linguagem visual que era praticada no segmento editorial. Como já foi dito, as fronteiras entre os segmentos eram tênues; aqui, pode-se reconhecer elementos estilísticos de cédulas e de documentos financeiros. No entanto, é possível observar também algumas diferenças, tais



De cima para baixo:

- bilhete das **Barcas Fluminenses**. Rio de Janeiro, s/d.
- Bilhete da **Companhia Ferro Carril** do Ceará. Ceará, s/d.
- Vale do **Café Brazil** (Antigo Café Central). Rio Grande do Sul, s/d.
- Vale de 100 réis do **Sítio Pedras de Fogo**. Ceará, s/d.
- Coleção Santander Brasil.

como um maior dinamismo visual e uma ornamentação menos intrincada.

Em dois deles — **Barcas Fluminenses** e **Companhia Ferrocarril do Ceará** — as figuras são a informação visual mais importante. No primeiro, o desenho da barca reafirma o negócio ao qual o vale está ligado. Já no segundo, a relação entre a figura e o negócio é alegórica. Trata-se de um ser mitológico com asas na cabeça e nos pés, em alusão a **Mercúrio**, deus greco-romano da velocidade que, deste modo, é atribuído ao serviço de transporte, com um significado ligado à velocidade.

Nos outros dois — **Café Brasil** e **Sítio Pedras de Fogo** — predominam as letras. No primeiro, a protagonista é a letra **C**, inicial da palavra mais diretamente relacionada ao valor do vale. No segundo, o destaque é a diagonal com o nome da propriedade rural emissora do vale e responsável por garantir o seu valor para pagamento.

TIPOLOGIA 5

As pequenas gráficas e as demandas do cotidiano

Esta quinta e última tipologia não lida com referências de linguagem gráfica importadas de outros segmentos como as quatro anteriores. Neste caso, o fator particular está ligado ao modo de produção dos vales. Por suas características gráficas, é possível afirmar que foram elaborados por pequenos estabelecimentos comerciais que ofereciam serviços de impressão.

A quantidade de gráficas espalhadas pelo país no período entre a segunda metade do século XIX e a primeira metade do século XX era enorme. Seja nas grandes capitais, seja nas pequenas cidades do interior, esses estabelecimentos comerciais faziam parte do rol de serviços imprescindíveis. Elas não chegavam a ser tão numerosas como as atuais copiadoras, mas é cabível estabelecer uma certa analogia da presença desses dois tipos de “casas impressoras” nas ruas das cidades em suas respectivas épocas.

A maioria das gráficas oferecia serviços de impressão em tipografia, e seus portes eram muito variados. Existiam desde empresas com dezenas de funcionários a gráficas instaladas em garagens, e todas conseguiam atender de maneira muito satisfatória inúmeras demandas do cotidiano.

Aliás, cotidiano, aqui, é palavra-chave. Os vales deste grupo podem ser lidos como índices da chamada “história do cotidiano”. A partir deles, é possível identificar necessidades, hábitos e costumes. Em suma, são capazes de revelar como a vida diária se organizava nos períodos em que circularam.

GRUPO 1 **Vales com algum apuro gráfico, incluindo elementos ornamentais**

Neste grupo, é possível identificar um cuidado maior do que nos demais no que diz respeito à linguagem gráfica. Tipos de letras diferenciados, pequenos ornamentos e molduras são alguns dos recursos utilizados para reforçar o valor do qual estavam investidos.



De cima para baixo:

- vale de 60 réis de **Aprígio Saraiva Leão**. Ceará, s/d.
- Vale 1 pão de 100 réis da **Padaria Fluminense**. Minas Gerais, s/d.
- Bilhete de passagem para **descalço** (pessoa pobre) nas barcas da **Companhia Nictherohy & Inhomerim**, s/d. Coleção Santander Brasil.

GRUPO 2 Vales produzidos quase exclusivamente com o uso de letras

Neste grupo, a máxima modernista “forma é função” poderia ser aplicada sem hesitação. Os vales são expressões da pura necessidade; a mensagem é direta e não se investe mais do que o mínimo necessário para transmitir a informação pretendida. “Menos é mais” é outro princípio modernista que poderia ser lembrado para comentar sua linguagem gráfica. No entanto, a produção desses vales antecede o próprio surgimento dos preceitos modernistas. Verdade seja dita: o design erudito contemporâneo tem muito a aprender com a simplicidade e clareza comunicacionais desses vales.

GRUPO 3 Vales com chancelas manuscritas

Este grupo fornece um bom desfecho para este ensaio. Do ponto de vista da informação impressa, ele é uma derivação do Grupo 2 no que diz respeito à simplicidade e à clareza. No entanto, estes vales trazem um diferencial com um peso simbólico considerável: incluem chancelas manuscritas.

O que pode parecer um detalhe pouco relevante, é na verdade um diferencial muito significativo. Ao se falar em “impressão de segurança” ou em “dificultar a falsificação”, o que se busca é assegurar a origem de um impresso. Um modo de se fazer isso é deixar algum tipo de marca que apenas a pessoa que emite um determinado documento possa produzir. E o manuscrito — a escrita

autógrafa — é a forma primeira e consagrada de firmar esse compromisso entre emissor e receptor de um documento. É como se o emissor dissesse ao receptor: eu lhe dou uma garantia única, pessoal e intransferível, produzida com meu próprio corpo, de que honrarei este compromisso.

Não é por outra razão que até hoje, no século XXI, as cédulas trazem as assinaturas das autoridades responsáveis por sua emissão. São assinaturas impressas, desenhos que não cumprem nenhuma função de segurança; sua presença ali simboliza a atualização de uma maneira imemorial do emissor fornecer ao receptor uma garantia pessoal do valor daquele impresso.

O último vale aqui reproduzido é ainda mais singelo em sua fatura, baseada em um simples carimbo. No entanto, se examinarmos mais atentamente, veremos que é mais do que isso: a ele foi acrescentada uma chancela manuscrita. Com essa chancela, fez-se a mágica: o que era um pequeno pedaço de papel carimbado virou... dinheiro!

Chico Homem de Melo

Designer e pesquisador do design gráfico brasileiro



De cima para baixo:
 vale de 500 réis da Fazenda S. José, s/d.
 Vale do Café Itamonte (Belo Horizonte), s/d.
 Vale de 200 réis da Fazenda da Boa Esperança,
 Minas Gerais, s/d. Coleção Santander Brasil.

De cima para baixo:
 vale de 100 réis em gêneros. Ceará, s/d.
 Vale da Comissão Constructora da Nova Capital,
 Belo Horizonte. Minas Gerais, s/d.
 Vale de 300 réis da Padaria do Commercio.
 Minas Gerais, s/d. Coleção Santander Brasil.



Loja Flipperama em Copacabana, Rio de Janeiro, 1970. Arquivo Nacional, Fundo Correio da Manhã (BR RJANRIO PH 0 FOT 04894 007).

INTRODUÇÃO

Quase moedas

Nem tudo que reluz é ouro, nem tudo que tem valor é dinheiro. Em diferentes períodos da história, papéis se tornaram meios de pagamento e foram usados paralelamente às moedas oficiais. Eles eram emitidos por comerciantes, fazendeiros, companhias, municipalidades e estados sob as mais diversas denominações, como bônus, apólices, bilhetes, vales, livranças, compromissos, memorandos, ficas, promissórias, estampilhas, cautelas e cupons, entre outras.

À medida que esses papéis entravam em circulação e caíam – ou não – no gosto da população, eles recebiam as suas alcunhas regionais, muitas das quais são usadas ainda hoje como sinônimo de moeda. É o caso do termo *pila*, muito comum em parte do Centro-Sul do Brasil para se referir a dinheiro. Ele faz referência aos bônus emitidos pelo Partido Libertador no Rio Grande do Sul, os quais vinham assinados pelo seu líder, Raul Pilla.

No Ceará, os vales emitidos pelas municipalidades na década de 1890 eram comumente chamados de *borós*, como se denominava o refugio das folhas de fumo. Entretanto, os *borós* distribuídos pela

municipalidade de Fortaleza ficaram mais conhecidos como *guilhermes*, porque vinham assinados pelo intendente municipal, Guilherme Cézar da Rocha.

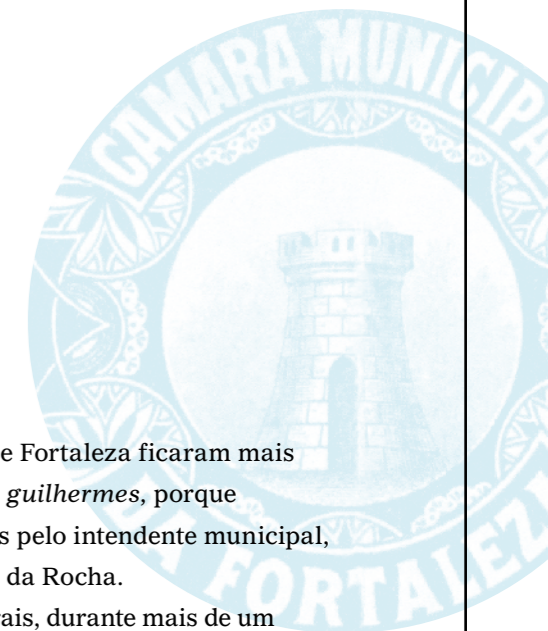
Em Minas Gerais, durante mais de um século, a população chamou toda moeda de valor duvidoso de *burrusquê*. É que, em meados do século XIX, o suíço Pierre Barrousque tinha uma padaria no município de Diamantina e dava aos seus clientes vales de 100 réis com sua assinatura no verso¹ no lugar do troco.

Porém, foi no estado de Pernambuco que encontramos a maior diversidade de alcunhas para esses papéis. Ali, além de vales e bilhetes, eram comuns os termos *sampaio*, *calcários* e *haja-paus*. *Sampaio* era como o povo chamava os bilhetes de passagem da Companhia Ferro Carril de Pernambuco, que eram assinados pelo gerente da companhia, Felipe de Araújo Sampaio.

Calcários era o nome popular das debêntures da *Companhia Exploradora de Productos Calcareos*, que fez uma ampla emissão de obrigações ao portador com o formato de notas de banco e valores pequenos para que circulassem como moeda. Por fim,



Anverso e reverso da apólice de 100 réis da Câmara Municipal de Fortaleza com assinatura do intendente Guilherme Cezar da Rocha. Ceará, 1896. Coleção Santander Brasil.





No alto e acima: bilhetes da Companhia Ferrocarril de Pernambuco, chamados de “sampaio” devido à assinatura do gerente F. A. Sampaio. Note-se pelos reversos que os bilhetes foram impressos em papel reaproveitado. Pernambuco, s/d. Coleção Santander Brasil.

Abaixo: debênture de 200 réis que ficou conhecida como “calcário” porque foi emitido pela Companhia Exploradora de Productos Calcareos. Pernambuco, 1896. Coleção Santander Brasil.

quando a emissão desses papéis foi proibida e a polícia foi acionada para retirá-los da circulação, eles ficaram conhecidos como *haja-paus*.

Denúncias e críticas contra a emissão desses títulos são abundantes na imprensa da época, muitas vezes com humor e acidez:

Haja boró, boró, mais boró,
 boró mesmo a 2 cruzados;
 vire-se o mundo em boró,
 e tenha-se o rei dos mercados.

Mas também o seu intendente
 depois de ter feito tudo,
 recolha os borós da gente,
 não nos meta no canudo.

Teu namorado, donzela
 É feio que causa dó
 Sua mobília – uma panela
 Seu ordenado – um boró²



 Apólices de 100 réis das câmaras municipais de Quixadá e Soure, também chamadas de “borós”. Ceará, s/d. Coleção Santander Brasil.

Abaixo, à direita: Fichas padrão SPS 15 para jogos eletrônicos, s/d. Coleção Santander Brasil.

enquadravam entre os títulos cambiais e os títulos de crédito, matérias que englobam escritos que contêm promessas de pagamento, nominativas ou ao portador, à vista ou a prazo. É o caso de letras de câmbio, notas promissórias, debêntures, letras hipotecárias, cheques e duplicatas. O assunto mereceu, aliás, um capítulo inteiro no Código Comercial de 1850.

Não era ilegal que uma pessoa desse a outra uma promessa escrita de pagamento, da mesma forma que nunca foi ilegal que esses papéis fossem dados em pagamento. Mesmo assim, em diversos momentos, a circulação de tais escritos foi tão abundante que chegou a oferecer risco ao papel-moeda oficial, o que levou diversos governos a tentar equiparar a emissão desses títulos ao crime de falsificação de moeda.

Não é preciso ir muito longe para entender como se dava o pagamento paralelo: até pouco tempo atrás, era comum o uso de passagens de ônibus como moeda. Afinal, qual o estudante nunca fez o seu trajeto a pé para economizar os passes e depois gastá-los com refrigerante, cachorro-quente e fliperama? O mesmo acontecia com os cartõezinhos de vale-refeição, aceitos em todo comércio com certa depreciação, pelos quais se dava o troco em contravales. Essa prática desapareceu apenas recentemente, com a introdução dos cartões de benefícios. ☹

Por volta de 1900, os *sampaio*s ainda circulavam em Recife quando o numismata suíço Julius Meili publicou o *Meio Circulante no Brasil*, importante catálogo do papel-moeda nacional, tendo o capricho de recolher e descrever o maior número desses vales que classificou como “emissões abusivas e ilegais”³. Esses papéis eram repudiados pelo senso-comum e indesejáveis ao Estado, que os via como concorrentes da moeda oficial – contudo, não eram ilegais.

Do ponto de vista jurídico, os papéis se





— Em quanto importa a minha conta? « — Mil e quatro centos. »
 — Aqui tem dous mil réis. « — Não recebo vales senão da casa. »
 — Estes são de Mme. Thereza, que julgo ter licença para isso.
 « — Lá quanto a licença, é geral: todos nós a temos, em virtude de certo principio economico que diz: que o direito de emittir é um direito pessoal. »

Charge publicada na revista *Semana Illustrada* [Rio de Janeiro], n. 353, 15 set. 1867, p. 2.820. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional (Hemeroteca Digital).

CAPÍTULO 1

Uma questão de formalidade

Em uma sociedade na qual as transações comerciais dependiam imensamente do crédito pessoal, “honrar os compromissos” tinha uma importância muito maior do que atualmente. Mesmo assim, o fato de se valorizar a palavra e o empenho pessoal não significava que tudo se resolvesse no “fio do bigode”. O crédito demandava respeito a certas formalidades que, mesmo quando ausentes na redação, estavam implícitas de formas muito variadas.

De acordo com a tradição mercantil, as ordens de pagamento envolvendo três pessoas eram chamadas de letras, a exemplo das letras de câmbio. Já os escritos contendo uma promessa de pagamento e envolvendo duas pessoas eram denominados livranças ou notas.

Esses vales podem ainda ser agrupados de acordo com a natureza do contrato – como uma promessa de pagamento ou como uma ordem de pagamento. Também podem ser agrupados conforme o beneficiário: se ele é



No alto: vale ao portador de 40 réis emitido por José Vicente de Viveiros. Baturité, Ceará, s/d.
 Acima: vale de 500 réis com saque de Silveira & Cia. sobre a Casa Inglesa (Christiano Lauritzen). Paraíba, s/d. Coleção Santander Brasil.



No alto: vale de 200 réis da Cia. Prado Cearense sacado sobre a firma Dias Pinheiro & Cia. Ceará, 1892.

Acima: vale ao portador de 500 réis de Francisco Campina de Souza, s/d. Note-se que em ambos os casos existe um compromisso de pagamento que está explícito. Coleção Santander Brasil.

indicado no documento, o título é nominativo; se for a pessoa que detém a posse do documento, diz-se que o título é ao portador.

Os vales emitidos como ordens de pagamento são parecidos com os cheques que envolvem três pessoas: sacador, sacado e beneficiário. A analogia com o cheque, aliás, é bem apropriada, pois quem passa o vale equivale àquele que emite um cheque, enquanto que a pessoa responsável por pagá-lo atua como banqueiro da primeira.

Se o título for uma promessa simples de pagamento, envolverá apenas duas pessoas: o tomador (quem emite o vale) e o credor (quem aceita o vale). Porém, acontece em muitos casos de o compromisso não ser explicitado claramente no documento, constando apenas o valor e o nome do passador – uma situação que não surpreende em documentos emitidos à margem da legalidade.

Há vezes, ainda, em que os vales trazem uma ordem de pagamento que não é explícita. Neste caso, a existência de duas pessoas assinando é suficiente para indicar que ambas são solidárias no pagamento – uma como sacador, outra como sacado.

Em alguns casos, dois comerciantes se reuniam para imprimir vales-troco, nos



Vales de 100 réis de Firmino Christostomo de Freitas (no alto) e de Luiz Evaristo da Costa (acima). Note-se que em ambos os vales o compromisso de pagamento não é explícito. Ceará, década de 1890. Coleção Santander Brasil.

Abaixo, à esquerda: vale de 100 réis pagos por Joaquim Thomaz da Cunha e Antero d'Oliveira Rola.

À direita: vale de 100 réis com saque de Manoel Vianna sobre Joaquim Távora. Ceará, s/d. Coleção Santander Brasil.





Acima: anverso e reverso do vale de 200 réis. Note-se que não há compromisso de pagamento nem o nome do estabelecimento, s/d. Coleção Santander Brasil.

Abaixo, à esquerda: vale “1 pão de 100 réis” da Padaria Fluminense (pertencente a Bernardino de Mello). À direita: vale de “um quilo de carne verde de 900 réis” do Açougue Ouro-Pretano (pertencente a Antunes & Comp.). Minas Gerais, s/d. Coleção Santander Brasil.



quais ambos apareciam como solidários no pagamento. Havia também ocasiões em que comissões eram formadas pelos comerciantes, delegando àqueles de maior crédito a responsabilidade de assinar os vales que circulavam na cidade.

Na segunda metade do século XIX, as restrições levantadas contra a emissão de vales ao portador exigiram criatividade dos comerciantes para se respaldarem diante de eventuais acusações de serem falsos moedeiros. Para burlar as proibições, muitos davam seus vales-troco impressos em cartões que prometiam pagamento em uma mercadoria específica em vez de dinheiro.

Em alguns casos, juntamente com as mercadorias, os cartões também faziam referência a valores. Assim aconteceu nos papéis da Padaria Fluminense, que diziam “vale 1 pão de 100 réis”, ou do Açougue Ouro-Pretano, com os escritos “vale este um kilo de carne verde – 900 Rs”. Os comerciantes que tinham maior intimidade com o público corriam menos riscos ao passar vales de forma mais discreta, trazendo unicamente o valor devido no anverso e a sua rubrica no reverso. ☞



Vales emitidos pelas comissões do comércio de Guararamiranga (100 réis), Baturité (200 réis) e Sobral (200 réis). Ceará, 1893. Coleção Santander Brasil.



Coluna da esquerda: vales de 500 réis da casa Bom Marché, 100 réis da Merceria Coutinho e 20 réis de Vicente Ferreira de Hollanda. Pará, década de 1890. Coleção Santander Brasil.

Coluna da direita: vales de 100 réis da Pharmacia do Reducto, 100 réis da Empresa do Tabaco Maramaldo e 200 réis da Pharmacia Souza. Pará, década de 1890. Coleção Santander Brasil.



No alto: vales de 100 e 200 réis da Companhia Protectora da Industria Pastoral. Pará, s/d. Acima: vales de 1.000 e 2.000 cigarros da Fabrica Havaneza, de Bruno Porto. Ceará, s/d. Coleção Santander Brasil.



O TROCO MIUDO.

Que cousa singular! Os bilhetes de 500, de 200, de 100, de 50, de 30 e até de 20 são repellidos, e os de 5, 2 e 1 procurados com o maior empenho. E' preciso quanto antes satisfazer a procura para contentar os gostos, que não são iguaes, ficando sabido que o Dr. Semana e muita gente com elle não repellam os 500, os 200, os 100 e os 50.

“O troco miúdo”, charge publicada na revista *Semana Ilustrada* [Rio de Janeiro], 27 ago. 1865, n. 246, p. 1.966. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional (Hemeroteca Digital).

CAPÍTULO 2

A moeda do povo

Em 1857, o Brasil foi atingido por aquela que seria considerada a primeira crise financeira do sistema capitalista. Como efeito imediato, a taxa de câmbio disparou, o que causou o desaparecimento da moeda miúda de prata e de cobre. De acordo com o Ministério da Fazenda, em 1857 o valor de mercado dos metais superou o valor nominal das moedas, incentivando a procura de caldeireiros interessados em derretê-las para vender o cobre em barras⁴.

As moedas mais utilizadas para o troco eram as de prata, com valor de 200 e 500 réis, e as de cobre, de 10, 20 e 40 réis. Eram elas que circulavam diariamente, de mão em mão nas transações do cotidiano, com valores baixos que eram indispensáveis ao comércio em geral. A moeda miúda também era fundamental para o troco das notas do Tesouro Nacional, visto que não havia valores inferiores a 1.000 réis e, deste modo, uma compra com papel-moeda quase sempre exigia o troco em valores miúdos.

Como disse Ângelo Moniz da Silva Ferraz, ministro da Fazenda entre 1859 e 1861:

O uso da moeda de troco não se confina nos escritórios, casas de comércio e oficinas: sua circulação é geral e se estende às estradas, aos mercados e a todos os lugares, porque é a moeda de uso do pequeno comércio, do operário, do consumidor, enfim, a moeda do povo⁵.

Rapidamente, os jornais do Rio de Janeiro começaram a noticiar com grande aflição que comerciantes das mais diversas províncias vinham passando vales no lugar de moedas para fazer troco. O Ministério da Fazenda entendia os papéis como emissões ilegais de moeda. Porém, não podia coibi-las, pois a expedição de vales, letras e notas por comerciantes estava garantida pelo Código Comercial aprovado em 1850. Ainda assim, o órgão enviou diversos avisos aos presidentes das províncias, pedindo que retirassem os vales de circulação.

Nas províncias do Maranhão e do Ceará, as autoridades fizeram vistas grossas aos apelos do Ministério da Fazenda. Aliás, no Ceará a própria tesouraria emitiu 8 contos de réis em vales que foram repassados aos comerciantes para serem usados de troco^{6,7}.



O maior vale da coleção mede 38 cm x 15,8 cm e não circulou por se tratar de uma prova de impressão. Ela foi remetida ao Banco Commercial e Agricola pelos impressores para comprovar a inutilização das matrizes, s/d. Coleção Santander Brasil.



Colheita de café, São Paulo,
1902. Acervo da Fundação
Biblioteca Nacional (BN Digital).

CAPÍTULO 3

O vale do escravizado e do assalariado



Vale de 500 réis pago aos escravos da
Fazenda Campo Alegre. Rio de Janeiro, 1857.
Coleção Santander Brasil.



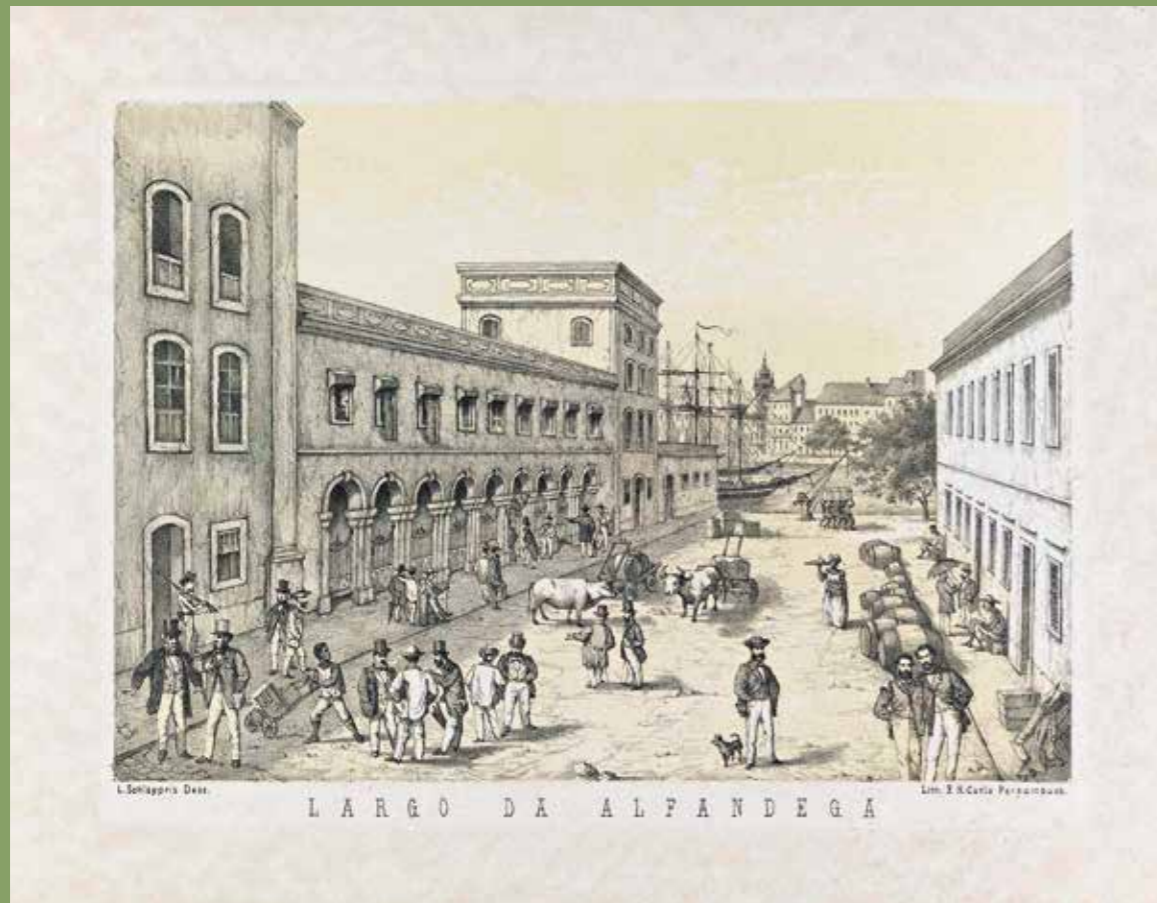
A prática de se pagar o vale dos empregados como adiantamento da remuneração tem origens bem remotas no Brasil. Era com esses papéis que os fazendeiros pagavam pelo trabalho de escravizados, funcionários e agregados, um costume tão antigo que, em vez de papéis, algumas propriedades utilizavam vales metálicos e tiras de couro.

Pode parecer estranho dizer que os escravizados recebiam algum tipo de remuneração, e essa é uma questão que já causou controvérsias até mesmo entre historiadores. Felizmente, há documentos sobre isso, inclusive papéis pertencentes à Coleção Santander Brasil, como é o caso de um vale de 500 réis pago a escravizados da Fazenda Campo Alegre na década de 1850.

A existência de um sistema de pagamento estava inserida no processo de reorganização

do regime escravista em meados do século XIX, resultando na elevação da produtividade do trabalho e redução do custo de manutenção dos escravizados. Para isso, os fazendeiros passaram a conceder aos escravizados pequenas faixas de terra para cultivo particular, das quais poderiam recolher alimentos para seu próprio sustento ou vender o excedente aos proprietários. Em troca desses produtos, os fazendeiros entregavam mercadorias produzidas tanto dentro quanto fora das propriedades, tais como tabaco, carnes, açúcar, tecidos e aguardente.

Esses haveres e deveres entre fazendeiros e escravizados podiam ser escriturados em contas-correntes ou, então, pagos em vales de circulação local, que podiam ser descontados nos armazéns da propriedade. Para além do pagamento pelas roças, havia outras ocasiões



Luis Schlappitz, Largo da Alfândega.
Gravura, s/d, Recife. Acervo da Fundação
Biblioteca Nacional (BN Digital).

em que os escravizados podiam receber uma remuneração monetária, como quando conseguiam produzir acima de uma cota, obtendo gratificações em dinheiro.

Os livros de contas-correntes e o sistema de vales foram importantes também durante o processo de transição do trabalho escravo para o livre. Um estudo sobre a organização do trabalho durante essa transição mostra que, em algumas fazendas cafejeiras paulistas, os escravizados trabalhavam junto a colonos livres. Os livres recebiam por um volume de café colhido, enquanto os escravizados obtinham gratificações pelas colheitas acima da cota estabelecida⁸.

Ceder um pedaço de terra para cultivo e dar gratificações sobre colheitas extras eram formas de adaptar o sistema escravista à nova dinâmica da economia de mercado, além de um jeito de estabelecer novos mecanismos de controle sobre os escravizados⁹.

Mesmo após a abolição, muitos fazendeiros continuaram a pagar seus empregados com vales de crédito em armazéns. Em 1859, o então ministro da Fazenda, Ângelo Moniz da Silva Ferraz, justificava que a escassez da moeda de cobre prejudicava a remuneração dos funcionários, o que levava à abertura de contas-correntes, pagamentos por empreitada ao cabeça de uma turma ou por meio de vales¹⁰.

A Coleção Santander Brasil possui diversos vales de fábricas de tecido que testemunham o processo de industrialização do algodão no Brasil. É o caso dos vales de 1.000 réis da Fábrica de Tecidos da Cachoeira,



De cima para baixo, vales de:
500 réis da Fazenda do Pequiry,
400 e 200 réis da Fazenda Boa Esperança,
1.000 réis da Fazenda S. José. Minas Gerais, s/d.
Coleção Santander Brasil.



Vales de 500 réis. Note-se o intuito de disfarçar o caráter monetário com a expressão "um serviço – 500".

De cima para baixo: Fábrika de Tecidos de Algodão do Brumado, Fábrika de Fiação e Tecidos de São Roberto e Companhia União Itabirana. Minas Gerais, s/d. Coleção Santander Brasil.

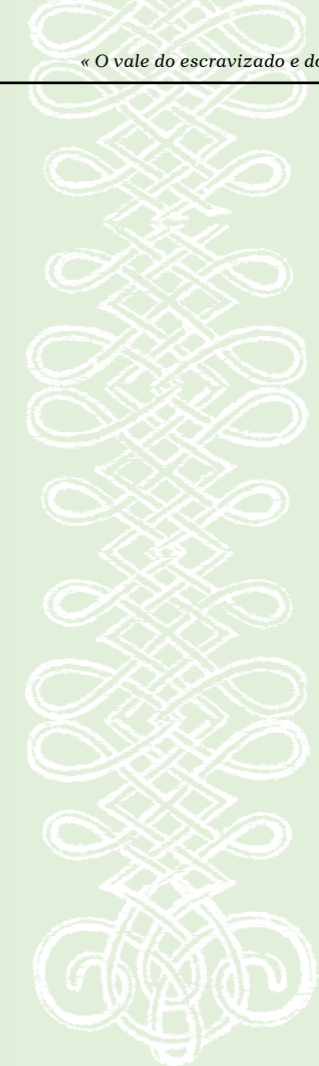
em Curvelo, Minas Gerais¹¹, impressos entre 1874 e 1883. O vale da Fábrika de Tecidos da Cachoeira aqui apresentado é similar a outros papéis emitidos em Minas Gerais, como os da Fábrika de Tecidos de Algodão do Brumado, instalada em 1872 no município de Pitangui¹²; da Companhia União Itabirana, organizada em Itabira em 1884; e da Fábrika de Fiação e Tecelagem de São Roberto, instalada em Gouveia em 1888.

Esses vales tinham estampas que se assemelhavam às das notas do Tesouro Nacional. No entanto, nitidamente buscavam desviar de um eventual processo por emissão ilegal de moeda, usando termos como "um serviço" acompanhado dos valores "500" ou 1000" sem a indicação do padrão monetário.

Os bilhetes da Fábrika Luzitana de Perpétua, pertencente à firma Oliveira, Neves & C., de Diamantina, embora também buscassem reproduzir o padrão do papel-moeda, possuíam uma estampa



Vale de 5.000 réis da Fábrika Luzitana da Perpétua. Minas Gerais, s/d. Coleção Santander Brasil.





Acima: vales da Fábrica de Fiação e Tecidos Santa Thereza com valores de “um quarto de dia”, “meio dia” e “um dia” de serviço. Ceará, s/d. Coleção Santander Brasil.

Abaixo: anverso e reverso de vale de 1.000 réis da Colônia Vaccacahy de Nabor Salgado. Rio Grande do Sul, s/d. Coleção Santander Brasil.

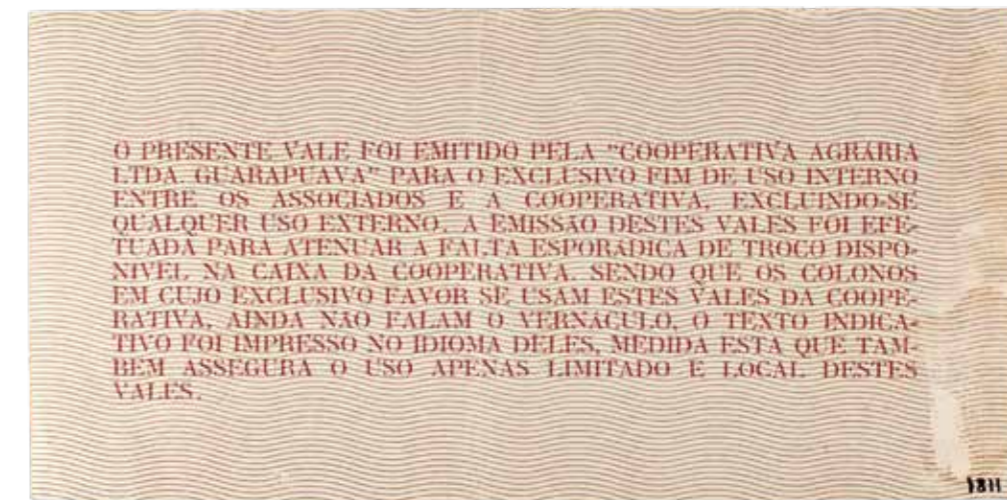


bem menos elaborada. Ainda assim, eram impressos na frente e no verso.

Outros vales não traziam nomes nem valores pagos, como os papéis da Fábrica de Fiação e Tecidos Santa Thereza, de Aracati, no estado do Ceará, que continham unicamente expressões como “um dia de serviço” ou “um quarto de dia de serviço”.

Os vales também eram utilizados no sistema de comercialização e financiamento da extração da borracha no Acre¹³, como aqueles emitidos pelo comerciante Casemiro A. Pinheiro. Outros circulavam dentro de colônias de imigrantes, caso dos papéis que circulavam na Colônia do Vacacaí, no Rio Grande do Sul. Nela, organizada pelo comerciante Nabor Salgado, circulavam vales com valores de 500, 1.000 e 2.000 réis similares ao papel-moeda.

Os imigrantes alemães associados à Cooperativa Agrária Ltda., em Guarapuava, no Paraná, faziam as suas transações em uma moeda própria, impressa em língua alemã. Pode-se perceber, assim, que o uso de vales extrapolou o âmbito das fazendas e foi incorporado por indústrias, companhias de mineração e obras de construção. ☞



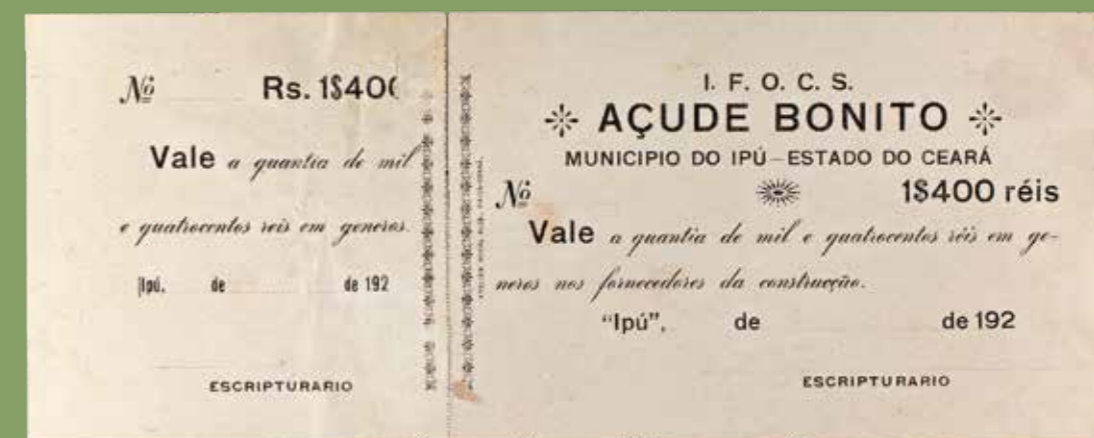
Vale de 2 cruzeiros da Cooperativa Agrária Ltda., de Guarapuava, tendo o anverso redigido em alemão com justificativa em português no reverso. Paraná, s/d. Coleção Santander Brasil.



Vales de 500, 1.000, 2.000, 5.000, 10.000, 20.000, 50.000 e 100.000 réis da Comissão Construtora da Estrada de Ferro Petrolina a Teresina (C.C.E.F.P.T). Pernambuco, s/d. Coleção Santander Brasil.



Vales de 1.500 e 1.400 réis pagos aos empregados na construção do Açude Bonito pelo Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (I.F.O.C.S.), Ceará, década de 1920. Coleção Santander Brasil.





Vales de 100, 200 e 500 réis da Companhia de Mineração Furquim. Minas Gerais, s/d. Coleção Santander Brasil.



Vales de 1.000, 5.000 e 10.000 réis da Companhia de Mineração Furquim. Minas Gerais, s/d. Coleção Santander Brasil.



* * *

No alto: vale que circulou na localidade de Santo Antônio do Monte, sem o nome do emissor e com indicações contraditórias de valor: "1\$000" em preto e "500 réis" em vermelho.

Acima: vale de 1.000 réis que circulou na propriedade Jequitibá. Minas Gerais, s/d. Coleção Santander Brasil.

CAPÍTULO 4

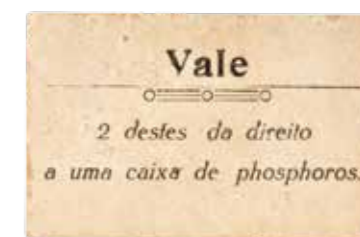
Os vales na ilegalidade

A reforma da legislação sobre sociedades anônimas de 1860 proibiu que as companhias emitissem vales ou bilhetes ao portador. Por outro lado, autorizou a ordem de pagamentos que conhecemos atualmente como cheque, mas que naquele momento foi chamada de mandato.

A proibição de emitir vales e bilhetes ao portador se referia, então, às sociedades anônimas, mas não a particulares e comerciantes. Porém, na sequência da crise de 1864, foi aprovada a lei de 1865, que proibiu a emissão de papéis ao portador por companhias, comerciantes ou particulares.

A Lei nº 1.083, de 23 de agosto de 1860, previa medidas para desestimular as emissões de vales, determinando que a moeda de cobre fosse substituída por outra de valor intrínseco menor. A nova moeda deveria ter valores entre 10 e 200 réis e acima desses valores haveria a moeda de prata de 500 réis.

As medidas, no entanto, não conseguiram coibir a circulação de vales, uma vez que eles podiam se difundir de forma disfarçada.



* * *

"Vale 200" do Depósito de Leite Rosa de Ouro. Vale com a inscrição "2 destes da direito a uma caixa de phosphoros". Vale "500 R." sem indicação do responsável. s/d. Coleção Santander Brasil.



DISTRIBUIÇÃO DA MOEDA NOVA.
O Cagliostro da casa da Moeda, convertendo cartões de bonês, barcas, etc., etc. (inclusive os falsos) em moedas que, sendo casadas com cobre, são cunhadas de Níquel.

Acima: charge publicada na revista *Semana Ilustrada*, 18 set. 1870, n. 501, p. 4.077. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional (Hemeroteca Digital).

À esquerda: moedas de prata de 200 réis.

À direita: moedas de bronze de 40 réis.

Coleção Santander Brasil.




Nota de 500 réis, emitida pelo Tesouro Nacional.
1ª estampa, 1874. Coleção Santander Brasil.

Assim, os bilhetes e vales de pequeno valor continuaram a circular em todas as partes do Império. Para combater o “abuso”, o governo imperial decidiu abandonar por completo o uso das moedas de cobre e de prata, substituindo-as por metais mais baratos. Depois de substituídas, as peças de cobre deveriam ser desmonetizadas, enquanto as de prata seriam cunhadas apenas com valores superiores a 1.000 réis.

A substituição começaria em 1868, com a introdução das moedas de bronze na circulação. Como era necessário haver moedas de valor intermediário, entre 100 réis e 200 réis, em 27 de setembro de 1870 foram importadas da Bélgica 100 toneladas

de moedas de níquel ao custo de 450 contos de réis. Apesar de chamadas de níquel, eram feitas de cuproníquel, uma liga composta de 75% de cobre e 25% de níquel¹⁴.

A emissão de notas de pequeno valor foi sempre restringida porque estes papéis, ao passarem de mão em mão muito rapidamente, eram tidos como inflacionários. Porém, diante do custo elevado com a cunhagem de moedas metálicas, foi aprovada a lei de 23 de agosto de 1873 que, “atendendo à escassez das moedas de troco, e à falta quase absoluta da moeda auxiliar de prata”, autorizava a emissão de notas de 500 réis. Era a primeira vez que o Tesouro Nacional, ou qualquer outro órgão emissor, emitia um papel com valor tão baixo. 



CAPÍTULO 5

A praga dos vales

BANCO COMMERCIAL DA BOLSA

CAPITAL 2.000:000\$000
DIVIDIDO EM 20.000 ACÇÕES DE 100\$000 CADA UMA

PODENDO SER ELEVADO ATÉ 10.000:000\$000

ENTRADA DE CAPITAL

4o por cento no acto da assignatura e as outras entradas de 1o por cento ou 10\$000 por acção, com intervallos nunca inferiores a 4o di

FINS E OPERAÇÕES DO BANCO



Debênture de 10.000 réis do
Banco Commercial da Bolsa de S. Paulo.
São Paulo, 1891.
Coleção Santander Brasil.

Página ao lado: na marca d'água, detalhe
do prospecto do Banco Commercial da
Bolsa de S. Paulo em O Mercantil,
25 de maio de 1891, p. 3. Acervo da Fundação
Biblioteca Nacional (Hemeroteca Digital).

Rui Barbosa assumiu o Ministério da Fazenda do primeiro governo republicano, sob a presidência de Marechal Deodoro. O novo ministro decidiu flexibilizar as emissões bancárias, cuja restrição tinha sido a pedra de toque do Segundo Reinado. Amparando-se no argumento de que a abolição do trabalho escravo exigia uma nova estrutura financeira, a nova reforma aprovada em janeiro de 1890 expandiu o meio circulante por meio de dez bancos emissores privados. Os bilhetes dessas instituições eram resgatáveis em ouro apenas quando o câmbio fosse favorável. Na prática, eram inconvertíveis.

Outra reforma instituiu uma nova legislação sobre sociedades anônimas que facilitava a criação de novas companhias. Elas poderiam, então, emitir debêntures e letras hipotecárias – duas modalidades de títulos muito controladas durante o Império – sem limite, com o intuito de conter a expansão do meio circulante.

Paralelamente, a bolsa do Rio de Janeiro registrou uma intensa procura por ações, tão grande que se dizia que faltavam nomes para tantos empreendimentos.

Em pouco tempo, a procura por ações se transformou em uma febre. Muitas empresas, no afã de atrair compradores para suas ações, prometiam lucros inviáveis, e os prospectos das novas companhias eram publicados em jornais de todo o Brasil. Os papéis se multiplicaram no mercado de ações, e o clima de euforia foi chamado de “encilhamento”, uma gíria do turfe utilizada para designar o momento que antecede a largada. A bolha estourou em meados de 1891, gerando descontentamento com o mercado de ações.

A crise doencilhamento fez com que o governo federal restringisse drasticamente as emissões bancárias ainda em 1892. O excesso de papel-moeda era apontado como um dos fatores determinantes para agravar a situação. Visando tomar o controle da circulação



Alfredo d'Escragno Taunay,
O encilhamento scenas contemporaneas da
bolsa em 1890, 1891 e 1892. São Paulo, s/d.
Editora Melhoramentos. Coleção do autor.

monetária, o governo concedeu o monopólio das emissões ao Banco da República do Brasil, instituição que surgiu após a fusão do Banco da República dos Estados Unidos do Brasil com o Banco do Brasil.

Depois de anos de expansão monetária, as restrições acabaram incentivando uma prática antiga: a emissão de moedas por indivíduos e comerciantes. Após a febre das ações, as moedas novas em forma de vales, bilhetes de passagens e vales de cafés se somavam às apólices de estados e municípios e às debêntures emitidas por companhias. Muitos desses papéis, apesar de simularem captações de crédito, eram

colocados em circulação em valores pequenos, sem nem mesmo fazer referência a juros ou prazos dos empréstimos.

Um periódico fluminense denunciava a “maldita praga dos vales particulares” que inundava a circulação na Bahia e causara o entesouramento das moedas de níquel e cobre¹⁵. Em outro jornal, afirmava-se que até as fichas de bondes já eram recebidas nos armazéns e que não tardaria até que esses próprios armazéns e também os cafés imprimissem “o seu dinheiro da casa”¹⁶.

Se por um lado a reforma bancária colocou em circulação as notas de dez novos bancos emissores, por outro, a lei das sociedades anônimas permitiu que empresas, comerciantes e particulares passassem a emitir vales com o nome de debêntures até mesmo para pagar funcionários. Essas emissões geraram um intenso debate na imprensa e no parlamento. A *Gazeta de Notícias* de 17 de março de 1891 dizia que no estado Minas Gerais os vales tinham tomado o lugar do papel-moeda:

Há muitos anos os burrusquês (bilhetes de crédito ou vales impressos, contendo promessa de pagamento e assinados por comerciantes e industriais) são a única moeda de valor inferior a 20\$000 que circula no município da Diamantina¹⁷.

Logo surgiu uma divergência sobre quem teria competência para julgar os supostos abusos praticados cotidianamente com as emissões de vales. Alguns diziam que eles



TABELLA DE PREMIOS E AMORTIZAÇÃO

Titulos amortizaveis a 15\$000 cada um.

TRIMESTRES	ANNO	TITULOS	ANNO	TITULOS	ANNO	TITULOS	ANNO	TITULOS	ANNO	TITULOS	ANNO	TITULOS	ANNO	TITULOS	Premios maiores.
31 de Março	1892	315	1898	415	1900	515	1902	615	1906	965	1912	1.165	1916	12.965	1 de 10.000 \$000
30 Junho	-	315	-	415	-	515	-	615	-	965	-	1.165	-	12.965	1 500 \$000
30 Setembro	-	315	-	415	-	515	-	615	-	965	-	1.165	-	10.565	1 200 \$000
31 Dezembro	-	310	-	410	-	510	-	610	-	960	-	1.160	-	10.560	1 400 \$000
31 Março	1893	315	1897	415	1901	515	1905	615	1909	965	1913	2.965	-	-	8 300 \$000
30 Junho	-	315	-	415	-	515	-	615	-	965	-	2.965	-	-	20 300 \$000
30 Setembro	-	315	-	415	-	515	-	615	-	965	-	2.965	-	-	35 Titulos 12.100 \$000
31 Dezembro	-	310	-	410	-	510	-	610	-	960	-	2.960	-	-	Para o ultimo trimestre de 1892 e 1916
31 Março	1894	365	1898	465	1902	565	1906	765	1910	1.465	1914	3.965	-	-	1 de 15.000 \$000
30 Junho	-	365	-	465	-	565	-	765	-	1.465	-	3.965	-	-	1 1.000 \$000
30 Setembro	-	365	-	465	-	565	-	765	-	1.465	-	3.965	-	-	1 500 \$000
31 Dezembro	-	360	-	460	-	560	-	760	-	1.460	-	3.960	-	-	1 200 \$000
31 Março	1895	365	1899	465	1903	565	1907	765	1911	1.465	1915	4.965	-	-	3 100 \$000
30 Junho	-	365	-	465	-	565	-	765	-	1.465	-	4.965	-	-	10 500 \$000
30 Setembro	-	365	-	465	-	565	-	765	-	1.465	-	4.965	-	-	22 300 \$000
31 Dezembro	-	360	-	460	-	560	-	760	-	1.460	-	4.960	-	-	40 Titulos 18.260 \$000

No alto: anverso da obrigação ao portador (debênture) de 10.000 réis emitida pelo Banco Industrial dos Estados do Sul.
Acima: reverso do mesmo título com a tabela de pagamento de juros e amortização da dívida. Rio Grande do Sul, 1891.
Coleção Santander Brasil.



 Obrigação ao portador (debênture) de 100.000 réis emitida pelo Banco dos Estados Unidos do Brazil. Rio de Janeiro, 1890. Coleção Santander Brasil.

deveriam ser encarados como crime de moeda falsa, cabendo o processo à Justiça Federal. Outros entendiam que os casos deveriam ser tratados no âmbito da lei das sociedades anônimas, cujos processos corriam em tribunais estaduais¹⁸.


Em 27 de junho de 1892, o deputado Leopoldo de Bulhões apresentou um requerimento à Câmara dos Deputados contra a praga dos vales¹⁹. Segundo o parlamentar, as fábricas de tecido buscavam tomar o lugar dos bancos emitindo papéis sem lastro de ouro e de apólices, mas garantidas por prédios, maquinismos e estabelecimentos industriais²⁰.

De acordo com a Comissão de Constituição da Câmara dos Deputados, as sociedades anônimas podiam contrair empréstimos por meio de debêntures. Porém, só deveriam ser aceitos papéis com valor superior a 100.000

réis, e os que trouxessem nas margens cupons indicando os juros para o recebimento. Elas também só poderiam emitir os papéis depois que o valor do empréstimo fosse recebido e depositado em um banco²¹.

O requerimento de Leopoldo de Bulhões resultou no Decreto n. 177, de 15 de setembro de 1893. A chamada lei das debêntures não impediu que as companhias continuassem a emitir vales monetários.

A Companhia Exploradora de Productos Calcários consultou a Procuradoria do Estado de Pernambuco, perguntando se a lei das debêntures podia limitar o valor dos títulos emitidos. Em 5 de janeiro de 1895, o procurador Luiz d'Andrada respondeu que não havia crime em emitir debêntures de pequeno valor, desde que elas expressassem um empréstimo legítimo. Desse modo, a companhia lançou 300 contos de réis em debêntures, as quais foram distribuídas em três séries com valores de 100, 200 e 300 réis. Elas pagavam juros de 3% mediante a apresentação dos cupons destacáveis impressos no documento, conforme determinava a legislação.

Logo em seguida, em 23 de novembro de 1895, o jornal *A União da Paraíba* anunciava que a *Companhia Restilação e Tanoaria Mechanica Parahybana* também faria um lançamento de debêntures do valor de 20 contos de réis, dividido em papéis com os mesmos valores de 100, 200 e 500 réis²². O exemplo foi seguido, ainda, por diversas outras companhias como a *Popular Aracatyense*, do Ceará. 



 Prospecto do lançamento das obrigações ao portador (debêntures) da Companhia Restilação e Tanoaria Mechanica Parahybana. *A União* [Recife], 28 nov. 1895, p. 4. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional (Hemeroteca Digital).



No alto: obrigação de 200 réis da Companhia Restillação e Tanoaria Mechanica Paraybana. Paraíba, s/d.
 Acima: obrigação de 200 réis da Companhia Exploradora de Productos Calcareaos. Pernambuco, 1895.
 Coleção Santander Brasil.



Obrigação de 1.000 réis da Companhia Popular Aracatyense. Ceará, 1896.
 Coleção Santander Brasil.

 Bônus ao portador de um conto de réis
 (um milhão de réis) do Banco da Republica
 do Brazil. Exemplar em tamanho real
 sem assinaturas e ainda ligado ao canhoto.
 Rio de Janeiro, década de 1890.
 Coleção Santander Brasil.





* * *

Coluna da esquerda: estampilhas das câmaras municipais de Baturité (1.000 réis e 100 réis), Fortaleza (100 réis).

Coluna da direita: estampilhas das câmaras municipais de Quixadá (200 réis e 100 réis) e Fortaleza (100 réis). Ceará, s/d. Coleção Santander Brasil.

CAPÍTULO 6

Uma moeda falsa, mas oficial



Diante da falta de moedas para troco, diversos municípios de Norte a Sul do Brasil passaram a emitir um tipo de moeda que não podia ser enquadrado no crime de moeda falsa. No Paraná, as municipalidades chamaram seus papéis de selos municipais, com valores que variavam entre 100 e 10.000 réis. Em municípios do Ceará, onde esta prática foi largamente observada, as autoridades os denominaram estampilhas, que tinham valores entre 100 e 1.000 réis.

O padrão das estampas variava de acordo com o município. Em alguns, os desenhos eram mais elaborados, mas a redação era praticamente a mesma – todos tinham o título de “estampilha”, para deixar bem claro que não eram moedas. No alto, possuem a legenda “Estado do Ceará” e, na parte inferior, o nome do município.

Na cidade pernambucana de Caruaru

circulou uma espécie de recibo que dizia que “a municipalidade de Caruaru é devedora ao portador da quantia de...”. As quantias variavam entre 100 e 500 réis, e os recibos podiam ser pagos em notas do Tesouro se fossem apresentados em grupos de 10.000 réis.

A imprensa do Rio de Janeiro recebeu com grande indignação as notícias que chegavam de vários estados do Brasil dando conta das emissões de apólices ao portador de pequenos valores realizadas pelas municipalidades. Ainda em 1894, uma nota publicada no *Diário de Notícias* afirmava que “já não são somente os negociantes à retalho que recorrem a esse meio vedado por lei, senão também as próprias administrações municipais”²³. O Ministério da Justiça compreendia que essas emissões infringiam a legislação federal sobre moeda falsa.

Quando o Conselho Municipal do Recife



Vales de 500 e 200 réis da
municipalidade de Caruaru.
Pernambuco, s/d.
Coleção Santander Brasil.

aprovou uma resolução em 28 de março de 1894 que autorizava a emissão de 600 contos de réis em “cheques ou apólices” com valores entre 100 e 500 réis, o procurador da República Luiz Antônio de Andrade mandou sustar a emissão. O então prefeito do Recife, Manoel Pinta Damaso, solicitou apoio do governo estadual para que intervisse de algum modo junto ao governo federal²⁴.

Enquanto a Procuradoria da República mandava sustar a emissão, a Procuradoria do Estado dava parecer favorável às emissões de bônus ao portador de pequeno valor pela *Companhia Exploradora de Productos Calcareos*. Com esta decisão, o governo do estado de Pernambuco entendeu que, se as debêntures das sociedades anônimas podiam ser emitidas em valores pequenos, logo as obrigações emitidas por estados e municípios também podiam. Foi com essa argumentação que, em 22 de junho de 1895, o governo estadual obteve autorização da Assembleia Legislativa para emitir títulos de “empréstimo popular” no valor de até 500 contos de réis.

Os bônus desse empréstimo eram pagos ao portador e vinham impressos com valores entre 100 e 500 réis. Para deixar claro que se tratava de um empréstimo, e não de uma emissão de moeda falsa, as obrigações vinham com cupons destacáveis e numerados com a indicação dos juros a serem pagos periodicamente²⁵. O exemplo de Pernambuco logo foi seguido pelos estados de Alagoas, Rio Grande do Norte e Sergipe, que também passaram a imprimir seus bônus com cupons destacáveis.



Anverso e reverso das apólices de:
500 réis do estado de Pernambuco, 1895;
200 réis do estado de Alagoas, 1895;
100 réis do estado de Sergipe, 1896.
Coleção Santander Brasil.



Apólices do estado de Sergipe dos valores de 1.000 réis (no alto) e 2.000 (acima). Sergipe, 1896. Coleção Santander Brasil.

Apólices do estado de Sergipe dos valores de 5.000 réis (no alto) e 50.000 réis (acima). Sergipe, 1896. Coleção Santander Brasil.



Cupom de 20 réis (um vintém) da apólice de 200 réis do Conselho Municipal de Joinville. Santa Catarina, 1896. Coleção Santander Brasil.

Abaixo, à esquerda:

apólice de 100 réis da Intendência Municipal de Livramento.

À direita: apólice de 500 réis da Intendência Municipal de Cruz Alta. Década de 1890. Coleção Santander Brasil.

Outros estados, no entanto, foram um pouco além: resolveram chamar os títulos de cupons, indicando que faziam deles uma apólice. Em Joinville, Santa Catarina, as apólices certificavam que o portador havia emprestado 200 réis à intendência municipal. Essas apólices eram subdivididas em cupons de 20 réis (um vintém) cada um.

O “empréstimo popular de Fortaleza”, contraído em 1896, permitiu a emissão de 300 contos de réis em apólices que, sendo assinadas pelo intendente Guilherme Cezar da Rocha, receberam da população a alcunha de *guilhermes*.

No Paraná, diversas localidades emitiram seus cupons de empréstimos municipais, como Antonina e Paranaguá.

Já no Rio Grande do Sul foi grande o número de municípios que emitiram suas apólices a partir de 1896. Entre eles, Cruz Alta, Venâncio Aires, Santo Amaro, Passo Fundo, Livramento e Alegrete, com apólices que rendiam juros entre 2% e 6% ao ano.

Não demorou até que o fogo de artilharia da imprensa do Rio de Janeiro fosse direcionado às moedas falsas emitidas por

estados e municípios. Em 27 de janeiro de 1896, o *Jornal do Commercio* alertava sobre a péssima qualidade dos papéis, que causavam grande prejuízo ao público. Dizia, talvez com certo exagero, que alguns municípios chegavam a reciclar latas de sardinhas para cunhar suas próprias moedas:

As Câmaras Municipais do Paraná e do Rio Grande do Sul têm emitido papel-moeda sub-repticiamente, com a denominação de apólices – Pernambuco: apólices de 100, 200 e 300 réis. Santa Catarina emitiu uns vales mais duráveis, mas ainda assim sujeitos à ferrugem, vales em rodela de folhas de Flandres, aproveitada, talvez, de latas de sardinhas de Nantes e de biscoitos de Hantley & Palmers²⁶.

Ao longo de 1897, o deputado federal pela Bahia Amphilophio Botelho Freire de Carvalho travou uma intensa campanha na imprensa contra o abuso das emissões por municípios. Ele apresentou à Câmara um projeto de lei proibindo qualquer emissão de títulos ao portador com valor inferior a 200.000 réis.

Enquanto o projeto de Amphilophio tramitava na Câmara e a legalidade dessas emissões era recorrentemente questionada nos jornais, houve um caso muito curioso envolvendo as emissões de apólices em Soure, no Ceará. Em 1896, a Câmara Municipal havia autorizado o levantamento de um empréstimo de 50 contos de réis por meio de pequenas apólices de 100, 200 e 300 réis. Porém, em 1898, a Assembleia Legislativa do Ceará



Cupons de 200 e 500 réis da Câmara Municipal de União da Vitória, 1896. Coleção Santander Brasil.



resolveu extinguir o município de Soure, causando o desaparecimento do devedor.

Em 8 de outubro de 1898, o *Jornal do Commercio* publicou uma matéria com o título “Vales que já não valem”, repercutindo de forma sarcástica a extinção de Soure:

E assim se foi tudo quanto Martha fiou, e tudo quanto o povo confiou em Martha, a municipalidade extinta.

Não há município de Soure e, portanto, os vales são agora apenas curiosidade para colecionadores. Se eu pudesse apanhar um deles!

E somente colecionadores trocarão por dinheiro esses trapos pintados, que a tirania municipal impôs ao cidadão, indefeso e roubado.

Vale, diz o papel. Não vale, dizem todos. A emissão ficou, a dívida ficou.

Morreu o devedor, e os credores que chorem pelo defunto e por si mesmos.

A supressão do município de Soure se traduz em uma perda de cinquenta contos para os que têm borós.


É uma lição cara?

A meu ver é uma lição barata, quanto a seus resultados, custou alguma coisa ou muito aos lesados, mas aproveitará ao país inteiro, se tivermos bom senso, energia e probidade. O caso do Ceará oferece um argumento novo aos que com patriotismo e tenacidade lidam por exterminar a praga dessas emissões estaduais e municipais.

Esta lição por cinquenta contos é quase de graça²⁷.

Embora ainda tramitasse na Câmara o projeto de Amphilophio, o desafio de proibir as emissões de apólices e debêntures ao portador era bem maior, pois esbarrava tanto na Constituição Federal de 1891, quanto na lei das debêntures de 1893. Apesar de ambas limitarem as emissões, não tratavam do limite de valores.

Em 1898, um projeto substitutivo foi proposto pelo deputado Moraes Barros. Em vez de vetar as emissões de títulos ao portador, proibia apenas que esses títulos fossem “recebidos como moeda ou nesta qualidade circulem no país”, estendendo a quaisquer outros títulos de crédito o mesmo entendimento²⁸.

Depois da década de 1890, algumas municipalidades fizeram emissões esporádicas de apólices ao portador com valores pequenos. Outras emissões, como as realizadas em Minas Gerais, Rio Grande do Sul e São Paulo não devem ser compreendidas como solução para a falta de troco, mas sim como emissões de emergência realizadas em tempos de guerra, as quais veremos no capítulo seguinte. 



Cupons de 100 réis e 200 réis da câmara municipal da Lapa (anverso e reverso), 1896.
Cupons de 100 réis das câmaras municipais de Rio Negro e União da Vitória, em Santa Catarina, 1896.
Coleção Santander Brasil.

100

- 2 R. da Braco.
- 3 R. do Colovelo.
- 4 R. da Ponte.
- 5 R. Formosa.
- 6 R. de S. Jose.
- 7 R. do Hospital.
- 8 R. Nova do Poco.
- 9 R. do Arvoredo.
- 10 R. da Varzenha.
- 11 R. Nova.
- 12 R. da Cadeia.
- 13 R. Principal.
- 14 R. Bella.
- 15 R. Direita.
- 16 R. da Arroia.

- 18 R. de Bellas.
- 19 R. d'Alegria.
- 20 R. do Ouidor.
- 21 R. do Cemiterio.
- 22 R. do Poco.
- 23 R. de Braganca.
- 24 R. do Rozario.

- 25 R. do Corvo.
- 26 R. do Corvo.
- 27 R. da Misericordia.
- 28 R. da Figueira.
- 29 R. da Olaria.
- 30 R. d'Azinha.
- 31 Beco do Leite.
- 32 B. do Galho.
- 33 B. da Opaco.
- 34 B. do Paulo.
- 35 B. dos Machucos.
- 36 B. do Lino.
- 37 B. do Saco.
- 38 B. do Barba.
- 39 B. do Barba.
- 40 B. do Lino.
- 41 B. do Lino.
- 42 Praça de Pelaco.
- 43 P. d'Alfandega.
- 44 P. do Barba.
- 45 P. do Barba.
- 46 Casa d'Alfandega.
- 47 Praça.
- 48 Pelourinho.

L. P. Dias, Planta da cidade de Porto-Allegre: com a linha de trincheiras e fortificações que lhe tem servido de defesa desde o memoravel dia 15 de junho de 1836 [...]. Porto Alegre, Larée, 1839. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional (BN Digital).

- 49 Igreja Matriz.
- 50 Igreja dos Passos.
- 51 Igreja do Rozario.
- 52 Igreja das Dores.
- 53 Centr. da Matriz.
- 54 Centr. da Caridade.
- 55 Catacumbas.
- 56 Hospital da Carid.
- 57 Casa da Matriz.

- 55 Caminho d'Azinha.
- 56 Olaria do Pinheiro.
- 57 Olaria de S. Joao.
- 58 Olaria de S. Joao.
- 59 Olaria do Tristão.
- 60 Olaria de S. Joao.
- 61 Mianhos da Barba.
- 62 Praça grande, ca. pro.



CAPÍTULO 7

Dinheiro de revolucionário



* * *

Conhecimento de 20.000 réis da República Rio-Grandense. Rio Grande do Sul, 8 de julho de 1838. Coleção Santander Brasil.

Página ao lado: moeda de cobre do Império do Brasil marcada com o carimbo "Piratini" da República Rio-Grandense. Coleção Santander Brasil.

Existe toda uma categoria de papéis que surgiu em situações de emergência como guerras civis, motins, golpes e revoluções, muitas vezes chamada de “emissões de emergência” ou “dinheiro de sítio” e que tem o objetivo de financiar operações militares por parte de organismos não estatais.

Este é o caso, por exemplo, das moedas de cobre marcadas com o carimbo do Piratini e dos “conhecimentos” da República Rio-Grandense, que era uma espécie de papel-moeda da Revolução Farroupilha na então província de São Pedro do Rio Grande do Sul.

O financiamento de operações de guerra foi sempre um desafio aos Estados. O próprio surgimento dos Estados-Nacionais está associado à capacidade que adquiriram algumas monarquias de formar alianças com os comerciantes para financiar a organização de exércitos regulares.

Os conflitos em torno da Independência do Brasil, apesar de relativamente pequenos e bem localizados, foram suficientes para desarticularem o arranjo financeiro que fora estabelecido com a chegada da

Família Real, em 1808. O Banco do Brasil, que era a instituição que financiava os gastos públicos, teve os seus cofres esgotados, perdendo o ouro que lastreava suas emissões monetárias. O banco ficou insolvente e teve de ser liquidado em 1829.

Ainda no contexto da Independência ocorreu o fenômeno chamado derrame da moeda falsa de cobre, como ficou conhecida a cunhagem de moedas de cobre por moedeiros independentes, muitos dos quais ligados às forças em conflito, principalmente nas províncias do Ceará, Pará, Maranhão e Bahia, que eram aceitas como verdadeiras nas tesourarias provinciais.

No caso de golpes, sedições e revoluções, o levantamento de recursos tinha de ser realizado com máxima discrição para não denunciar a mobilização de forças. Neste caso, era comum o uso de papéis com as denominações mais diversas, tais como bônus, vales, apólices, notas que eram usados pelas forças em conflito no pagamento de soldos, aquisição de material, alimentos para as tropas e combustíveis.





* * *

Bombardeio da cidade de São Paulo pelas forças federais durante a Revolução de 1924. Acervo da Fundação Energia e Saneamento.

A moeda dos tenentes de 1924

Você sabia que a cidade de São Paulo já foi bombardeada pelo exército brasileiro? Este é um episódio pouco conhecido da história paulista, chamado por alguns de “sedição” ou de “revolução” paulista de 1924.

Em 5 de julho de 1924, após um motim nos quartéis do exército e da Força Pública (a Polícia Militar da época), um levante militar tomou a cidade de São Paulo por 23 dias²⁹, liderado pelo general da reserva Isidoro Dias Lopes e pelo major da Força Pública Miguel Costa. Ao que se sabe, ele não tinha raízes locais, estando relacionado ao conflito que ocorrera há exatos dois anos no Rio de Janeiro, quando militares tomaram o Forte de Copacabana.

A cidade de São Paulo foi duramente bombardeada pelas tropas federais, que se utilizaram de ataques aéreos contra as fortificações dos revoltosos que, em 28 de julho, decidiram se retirar da capital com destino ao estado vizinho do Paraná. Em setembro, tomaram as cidades de Guaíra e Foz do Iguaçu, instalando seu quartel-general nesta última. Enquanto isso, em outubro de 1924, uma segunda insurreição se instalava no Rio Grande do Sul, comandada pelo capitão Luís Carlos Prestes. Ele se pôs em marcha em direção ao Paraná, onde se juntou às tropas de Miguel Costa, formando assim a chamada Coluna Prestes.

Durante o deslocamento, o comércio das cidades por onde as tropas passavam precisava entregar gêneros alimentícios para sua manutenção. Essas requisições



* * *

Dois bônus de 5.000 réis do autoproclamado Governo Revolucionário do Brasil, um deles assinado pelo general Isidoro Dias Lopes e o outro pelo major Miguel Costa, líderes do movimento de 1924. Coleção Santander Brasil.

eram tratadas como empréstimo de guerra, pagas então com os bônus do Governo Revolucionário do Brasil, que previam juro anual de 12% e vinham assinados por Miguel Costa e Isidoro Dias Lopes³⁰.

Pode parecer estranho que algumas colunas de militares sediciosos percorrendo o interior quase desabitado do Brasil pudessem oferecer risco ao governo brasileiro, entretanto, o tenentismo representou um dos elementos mais importantes para a erosão do poder militar na Primeira República, contribuindo para a queda do então presidente da República, Washington Luís, em 1930.

Os vales pertencentes à Coleção Santander foram emitidos em 1924 pelos revolucionários.



* * *

Combates urbanos durante a Revolução de 1930. Arquivo Nacional. Dossiê: Revolução de 1930 (BR RJANRIO PH.0.FOT.05725.049).

A moeda da Revolução de 1930

Durante a Primeira República, o poder das lideranças do Partido Republicano Paulista e a supervalorização da pauta cafeeira deixaram muitos setores da sociedade insatisfeitos. Entre eles, estavam os operários e as camadas médias urbanas, a baixa oficialidade do exército e parte das oligarquias estaduais que se viam excluídas do arranjo de poder liderado por São Paulo.

Nas eleições para a presidência da República de 1930, o Partido Republicano Paulista do presidente Washington Luís apoiou a candidatura de Júlio Prestes, então presidente do estado de São Paulo. Já o Partido Republicano Rio-Grandense articulou uma chapa para rachar a tradicional aliança de São Paulo com Minas Gerais, essa chapa era encabeçada por Antônio Carlos, presidente de Minas Gerais, que recebeu o apoio do Rio Grande do Sul, governado por Getúlio Vargas.

Em 1º de março de 1930, Júlio Prestes foi o vencedor, desencadeando uma articulação entre militares e oligarquias de Minas Gerais, Paraíba e Rio Grande do Sul visando destituir Washington Luís e impedir a posse do presidente eleito. O golpe foi desfechado em 4 de outubro de 1930, após rápidos combates em Porto Alegre opondo tropas contrárias e leais ao presidente da República. As tropas de oposição rumaram para São Paulo, de onde, após confrontos pontuais com a Força Pública, seguiram até o Rio de Janeiro. Em 24 de outubro, o Palácio da Guanabara foi cercado e o presidente Washington Luís, destituído. Uma

junta provisória assumiu e, em 3 de dezembro de 1930, transferiu o poder a Getúlio Vargas.

Esses movimentos de tropas exigiam elevados volumes de recursos com alimentação e transporte que não podiam estar previstos nos orçamentos estaduais para que não levantassem suspeitas. Por isso, os governos de Minas Gerais e Rio Grande do Sul fizeram emissões de bônus que circulavam como moeda no comércio. A emissão desses bônus também não era uma operação totalmente discreta, pois, exigindo aprovação do poder legislativo, gerava um ruído que era inevitável e podia denunciar a mobilização. Portanto, a articulação financeira para o golpe envolveu a emissão de vales para diversos fins, os quais circulavam como moeda.

No Rio Grande do Sul, a operação começou do seguinte modo: em 10 de outubro de 1930, o intendente de Porto Alegre, Alberto Bins, que tinha o cargo equivalente ao de prefeito, emitiu as “cautelas de alimentação”, vales que podiam ser trocados por alimentos no almoxarifado municipal ou então trocados por vales de outros valores como 1.000, 5.000, 10.000, 20.000, 50.000 e 100.000 réis, o que significava que eles circulavam como moeda na cidade. Além disso, outro indicativo de que se tratava de moeda era que os portadores podiam usá-la no pagamento de tributos municipais. Tendo deflagrado a revolução, o legislativo do Rio Grande do Sul autorizou a emissão de uma moeda mais apropriada do que a da intendência municipal: 20.000 contos de réis em bônus do tesouro estadual. Os bônus da série A.



* * *

Anverso e reverso dos cupons de 20.000 réis (acima) e de 5.000 réis (abaixo) emitidos pela Intendência de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, 1930. Coleção Santander Brasil.



A Municipalidade aceita o pagamento de impostos em cautelas

MUNICIPAL - P. ALEGRE

5 REIS



Acima: anverso e reverso de vale de 20.000 réis da Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais. Note-se no reverso a legenda "Salve, 3 de outubro de 1930". Minas Gerais, 1930. Coleção Santander Brasil.

Abaixo: apólice de 1.000 réis da prefeitura de Belo Horizonte, emitida durante a Revolução de 1930. Minas Gerais, 1930. Coleção Santander Brasil.



Ao mesmo tempo que se preparava a revolução no Rio Grande do Sul, o movimento também era arquitetado em segredo em Minas Gerais pelo presidente estadual Antônio Carlos. Quando estourou a revolução em Porto Alegre, a prefeitura de Belo Horizonte pagou os seus funcionários com apólices da dívida municipal, enquanto os servidores estaduais receberam seus salários com vales emitidos pelo instituto de previdência do estado.

Tantos as apólices municipais de Belo Horizonte como os vales do instituto de previdência do estado seriam substituídos por bônus da dívida estadual. A emissão desses bônus foi autorizada pelo legislativo mineiro em 23 de outubro de 1930. O Tesouro do Estado de Minas Gerais emitiu 90.000 contos de réis em obrigações ao portador que receberam um tratamento singular em todos os casos de moedas revolucionárias, essas obrigações foram elevadas à condição de “moeda oficial” de Minas Gerais, facilitando o seu repasse ao sistema bancário mineiro na substituição das notas do Tesouro Nacional³¹.



Bônus de 5.000 10.000 e 20.000 réis do Tesouro do Estado do Rio Grande do Sul. Série A, 1930. Coleção Santander Brasil.

Getúlio Vargas assiste ao trabalho do escultor Jo Davidson, enviado pelo presidente dos Estados Unidos, Theodor Roosevelt, para esculpir seu busto, 1939. Acervo da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC).



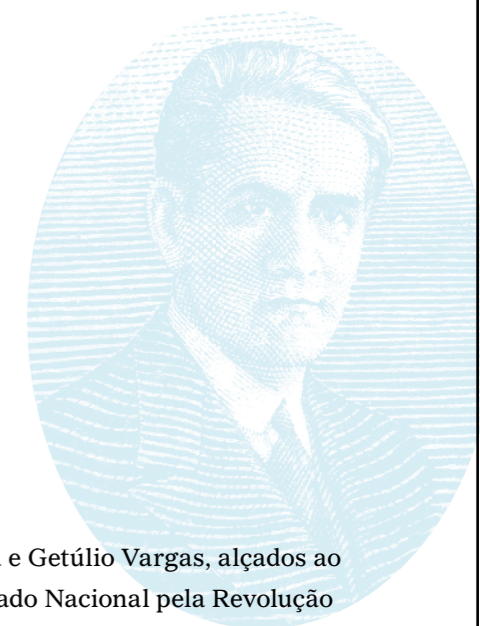


* * *

No alto: bônus de 10.000 réis do Tesouro do Estado do Rio Grande do Sul, 1932.
Acima: nota de 10 cruzeiros do Tesouro Nacional, 1ª estampa, 1943. Coleção Santander Brasil.

CAPÍTULO 8

A força do hábito



Engana-se quem pensa que a primeira estampa com uma efígie de Getúlio Vargas foi naquela famosa cédula de 10 cruzeiros emitida em 1943. Uma década antes, o Tesouro Estadual do Rio Grande emitiu seis séries de uma moeda regional com o retrato de Getúlio presente na estampa de 10.000 réis, com prazo de um ano. À medida que os bônus da primeira emissão iam vencendo, novas séries eram expedidas para resgatar as anteriores. Todos os bilhetes foram impressos pela litografia da Livraria do Globo.

Enquanto os bônus da série A possuíam estampas menos elaboradas, os da série B em diante passaram a reproduzir um padrão de papel-moeda, destacando efígies de líderes tradicionais do Partido Republicano Rio-Grandense, como Júlio de Castilhos, Silveira Martins, Pinheiro Machado, Assis Brasil e Borges de Medeiros. Também eram representadas lideranças mais jovens, como

Osvaldo Aranha e Getúlio Vargas, alçados ao comando do Estado Nacional pela Revolução de 1930. O reverso dos bônus traziam a reprodução de fachadas da Secretaria da Fazenda (séries B, C, D e E) e do Palácio do Governo – o Palácio Piratini (série F). A série A rendia 7,5%; a série seguinte reduziu os juros para 6% ao ano; e, a partir da série C, os bônus foram reduzindo a razão 1% a cada ano.

O Decreto n. 4.738, de 16 de março de 1931, autorizou uma nova emissão de bônus, série B, no valor de 30.000 contos de réis, com juros de 6% ao ano, para circular a partir de 1º de maio e ser usado no resgate dos bônus da emissão anterior, no pagamento dos juros da dívida e em incentivos à indústria rio-grandense. No ano seguinte, o Decreto n. 4.937, de 15 de fevereiro, substituiu os bônus das séries B e C e permitiu a emissão de 50.000 contos de réis da série D com juros de 4% ao ano.

Os bônus da série D foram resgatados



Bônus do Tesouro do Estado do Rio Grande do Sul.
De cima para baixo: 5.000 réis com efígie de Oswaldo Aranha; 10.000 réis com efígie de Getúlio Vargas; 20.000 réis com efígie de Assis Brasil; 50.000 réis com efígie de Borges de Medeiros.
Coleção Santander Brasil.

Bônus do Tesouro do Estado do Rio Grande do Sul.
De cima para baixo: 100.000 réis com efígie de Silveira Martins (ao fundo reverso desse bônus, com o edifício da Secretaria da Fazenda); 200.000 réis com efígie de Júlio de Castilhos; 500.000 réis com efígie de Pinheiro Machado.
Coleção Santander Brasil.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL



 Aviador e soldado da Força Pública de São Paulo durante a Revolução de 1932. Acervo da Fundação Energia e Saneamento.

de acordo com o Decreto n. 5.279, de 24 de fevereiro de 1933, que autorizou a emissão da série E, com valor de 50.000 contos de réis e juros de 2% ao ano. Já em 13 de março de 1934, o Decreto n. 5.546 resgatou os bônus anteriores, pagando juros de 1%.

Em 1935, o presidente Getúlio Vargas acatou a proposta de Osvaldo Aranha e propôs à Câmara um projeto de resgate dos bônus do Rio Grande do Sul, que acabaram sendo adquiridos pelo Banco do Brasil.

Notas da Revolução de 1932

O rompimento de São Paulo com o governo Getúlio Vargas desencadeou uma revolta militar em 9 de julho: a Revolução Constitucionalista de 1932. O governo paulista mobilizou a população para o combate e, durante a guerra, o Decreto n. 5.585, de 14 de julho daquele mesmo ano, autorizou a emissão de 100.000 contos de réis para suprir a circulação.

O financiamento dos estoques de café dependia de operações de crédito entre o Banco do Brasil e os bancos paulistas. Em resumo, essas operações consistiam em saques de fazendeiros sobre casas comissárias de café, que eram descontados nos bancos das cidades de São Paulo e Santos. Essas instituições, por sua vez, descontavam novamente esses títulos junto ao Banco do Brasil. Diante da paralisação das operações com o Banco do Brasil, o Tesouro Estadual foi autorizado a emitir os bônus “Pró-Constituição”.



 Bônus Pró-Constituição do Tesouro do Estado de São Paulo. Valores de 5.000, 10.000, 20.000 e 50.000 réis, com efígie de Domingos Jorge Velho. Coleção Santander Brasil.



Anverso e reverso do Bônus Pró-Constituição do Tesouro do Estado de São Paulo.

De cima para baixo: 100.000 réis da 1ª estampa, com efígie de Fernão Dias Paes Leme; 10.000 réis da 2ª estampa, com efígie de Marquês de Tamandaré; 20.000 réis da 2ª estampa, com efígie de General Osório, 1932. Coleção Santander Brasil.



Anverso e reverso do Bônus Pró-Constituição do Tesouro do Estado de São Paulo.

De cima para baixo: 50.000 réis da 2ª estampa, com efígie de Floriano Peixoto; 100.000 réis da 2ª estampa, com efígie de Duque de Caxias; 200.000 réis da 2ª estampa, com efígie de Rui Barbosa, 1932. Coleção Santander Brasil.

Movimentada, a política sul-riograndense

Longa conferencia telegraphica entre os Srs. Flores da Cunha e João Carlos Machado

A reunião do directorio central do Partido Libertador



Sr. Raul Pilla

PORTO ALEGRE, 29 (Serviço especial d'A NOITE) — Chegaram de Pelotas os Srs. Joaquim Luiz Osorio e João Py Crespo, que conferenciaram longamente com o Sr. Mauricio Cardoso sobre assumptos politicos.

O Sr. Flores da Cunha teve longa conferencia pelo telegrapho com o Sr. João Carlos Machado, nada transpirando a respeito.

O Sr. Firmino Torelly, secretario geral do Partido Libertador, está expedindo circulares para a reunião do actual e do anterior directorio central. A fixação da data e do local será feita pelo Sr. Raul Pilla. Da reunião participarão os delegados dos municipios e os membros influentes do partido transformando-se assim os trabalhos em uma especie de congresso politico.

Publicação do jornal A Noite [Rio de Janeiro], 29 mar. 1933. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional (Hemeroteca Digital).

Esses bônus eram trocados por cheques dos bancos e emitidos sobre as disponibilidades dessas instituições junto ao Banco do Brasil. Obviamente, o Banco do Brasil não foi consultado para aceitar os cheques. No fim do conflito, o acordo entre São Paulo e a União envolveu o resgate desses bônus e a regularização das operações.

A primeira estampa dos bônus trouxe as effigies dos bandeirantes paulistas Domingos Jorge Velho e Fernão Dias Paes Leme. Em uma segunda versão, cada valor correspondia às effigies de heróis da Guerra do Paraguai – Almirante Barros, Marquês de Tamandaré, General Osório e Duque de Caxias – e de dois personagens identificados com a República, Floriano Peixoto e Rui Barbosa.

Vale 20 pilas

Você já ouviu alguém se referir ao dinheiro como *pila*? Entre as muitas alcunhas regionais do dinheiro brasileiro, esta é um dos mais populares no Rio Grande do Sul, de onde se espalhou aos demais estados da região sul, mais tarde alcançando até mesmo Mato Grosso e o interior de São Paulo. A palavra tem origem nos bônus usados para financiar as atividades do Partido Libertador entre 1932 e 1933.

O Partido Libertador, que esteve ao lado do movimento armado que depôs Washington Luís e levou à ascensão de Getúlio Vargas, foi a favor da Revolução de 1932. O grupo promoveu um levante armado no interior do Rio Grande do Sul com vistas a derrubar o governo local e apoiar os revolucionários

paulistas contra Getúlio Vargas. Após algumas escaramuças, Raul Pilla e seus correligionários tiveram de se refugiar no Uruguai, de onde passaram a fazer oposição ao governo gaúcho, em operações financiadas por meio de bônus.

Esses bônus tinham a mesma estampa de ambos os lados do papel e traziam o seguinte compromisso: “O portador deste bônus contribuiu com a quantia de Cr\$ 20 para o Partido Libertador em prol da democracia” e vinham assinados, de um lado, pelo presidente do partido, Raul Pilla.

Esses bônus eram, provavelmente, utilizados no pagamento das despesas das tropas. Muito embora o cruzeiro só se tornasse o padrão monetário do Brasil em 1942, os bônus do Partido Libertador foram impressos com os valores de 10, 20, 50 e 100 cruzeiros, que equivaliam a 10.000, 20.000, 50.000 e 100.000 réis. Surge, daí, o seguinte questionamento: teria o Rio Grande do Sul



Acima: modelo de nota de 100 cruzeiros com impressão de Carte Valori Turati Lombardi & C. para o Tesouro Nacional (não circulou). Coleção Santander Brasil.

Abaixo: Bônus de 20 cruzeiros do Partido Libertador “em prol da democracia”, assinado por Raul Pilla. Coleção Santander Brasil.



adotado o cruzeiro como padrão monetário dez anos antes do resto do Brasil?

É que Getúlio Vargas já havia tentado reformar o padrão monetário, dando o nome de cruzeiro à moeda brasileira: em 1933, o então ministro da Fazenda de Vargas, Osvaldo Aranha, chegou a encomendar a impressão de notas do novo padrão na Itália. Essa proposta, contudo, não era muito nova, tendo sido apresentada pela primeira vez no final do século XIX e, depois, em 1926, por Washington Luís.

O fato é: enquanto os bônus Pró-Constituição do Tesouro caíram no esquecimento, os singelos bônus assinados por Raul Pilla se transformaram em sinônimo de dinheiro em boa parte do Centro-Sul do Brasil.




Oficial do exército lê jornal com manchete sobre a chapa Lott, presidente, e Jango, vice-presidente, s/n, 1960. Arquivo Nacional. Fundo Correio da Manhã (BR RJANRIO PH.0.FOT.05608.031).

Notas da Legalidade

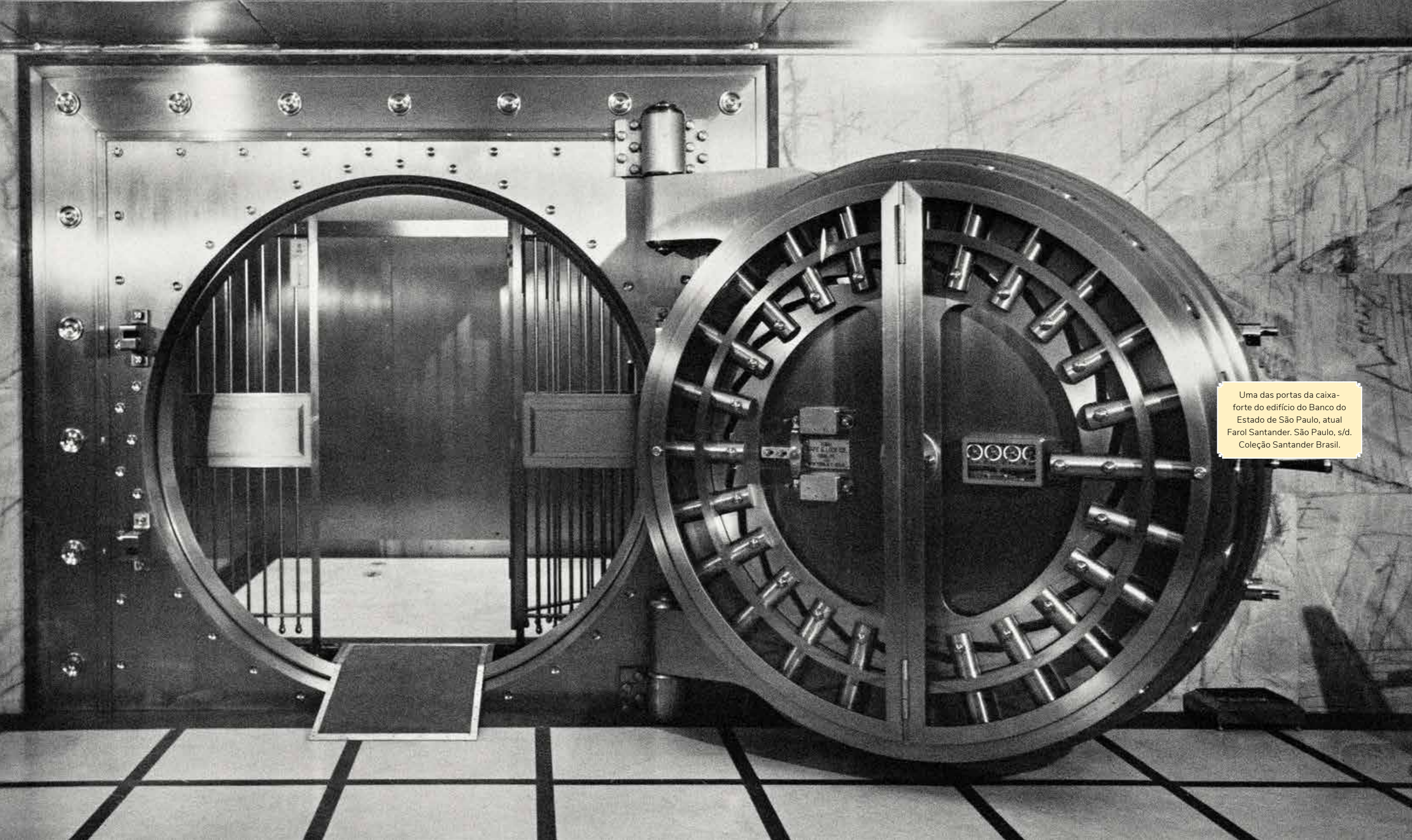
De acordo com a legislação eleitoral vigente no final da década de 1950, os candidatos a presidente e vice-presidente da República se apresentavam em chapas diferentes. Nas eleições de outubro de 1960, Jânio Quadros foi candidato a presidente pela coalizão liderada pela UDN, o maior partido da oposição, enquanto o PSD e o PTB lançaram a candidatura à presidência do marechal Henrique Teixeira Lott, e a do ex-ministro de Getúlio Vargas, o gaúcho João Goulart, como vice-presidente. Jânio Quadros foi o mais votado para presidente, enquanto João Goulart venceu para vice.

A oposição chegava ao poder com uma bancada minoritária no Congresso e, em pouco tempo, instalou-se um conflito entre o Executivo e o Legislativo, resultando na renúncia de Jânio Quadros e em um impasse sobre o direito do vice de assumir o cargo. Os ministros militares vetaram a posse de João Goulart, a qual foi garantida pela mobilização do governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, com o apoio do 3º Exército, sediado em Porto Alegre.

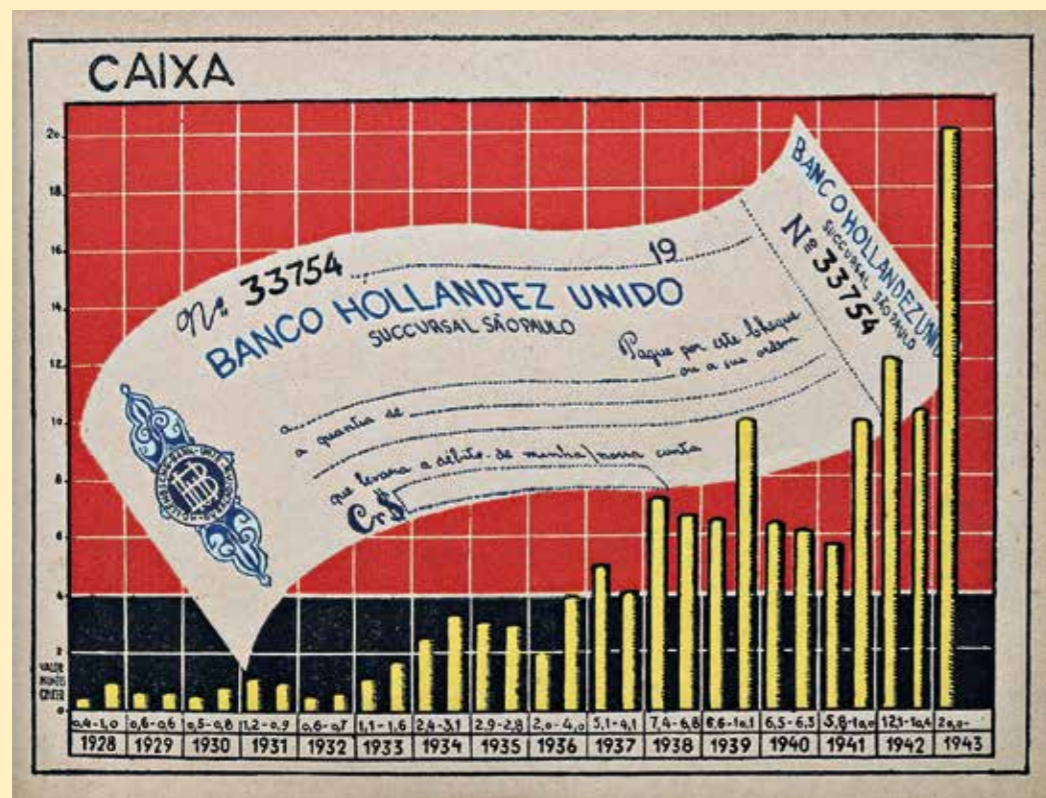
A Campanha da Legalidade, como ficou conhecida a mobilização civil e militar no Rio Grande do Sul, foi financiada com a emissão de letras do Tesouro Estadual que foram chamadas de brizoletas. 



Anverso das letras de 500 e 1.000 cruzeiros do Tesouro do Estado do Rio Grande do Sul, emitidas com o carimbo da Campanha da Legalidade. Rio Grande do Sul, 1961. Coleção Santander Brasil.



Uma das portas da caixa-forte do edifício do Banco do Estado de São Paulo, atual Farol Santander. São Paulo, s/d. Coleção Santander Brasil.



Alexandre von Baumgarten,
Estatística bancária comparativa, São Paulo,
Banco Holandez Unido, 1943.
Coleção Santander Brasil.

Página ao lado:
Moedas de vários padrões monetários.
Coleção Santander Brasil.

CAPÍTULO 9

Trocando em miúdos



Existem diversos relatos sobre a escassez de moeda no Brasil Colonial e ao longo de todo o século XIX. A escassez crônica de meios de pagamento era resultado da impossibilidade de se expandir meios de pagamento em um sistema monetário baseado na moeda metálica.

Era comum que as transações comerciais fossem completadas com auxílio do crédito mercantil, formando redes de haver e dever em contas-correntes que, quando não podiam ser liquidadas com moedas metálicas, tinham de ser ajustadas por meio de vales, letras ou notas, simples escritos que continham uma promessa ou ordem de pagamento.

Hoje, tendemos a enxergar essas relações com certo estranhamento, pois grande parte das transações comerciais passaram a ser intermediadas pelo crédito bancário. Esta transformação foi se delineando ao longo do século XX por meio da proliferação de

instrumentos com cheques e duplicatas e, mais recentemente, pela adoção de cartões, boletos e transações eletrônicas.

E se ao longo do século XIX encontramos inúmeros relatos da falta de moedas miúdas, durante o século XX viu-se em diversas ocasiões os governos apelando para que as pessoas usassem suas moedas.

Mas, e se de uma hora para outra nos víssemos sem a intermediação dos bancos comerciais? É possível que houvesse uma súbita escassez de moeda. Basta ver o que aconteceu recentemente: em 2020, diante da sensação de insegurança provocada pela pandemia de covid-19, uma parte da população brasileira decidiu guardar dinheiro consigo na forma de notas e moedas, alarmando as autoridades monetárias sobre o entesouramento da moeda. Determinou-se, então, a emissão de novas estampas de real, ao mesmo tempo em que o Banco Central




Exemplares de cofres mealheiros (porquinhos) usados pelos bancos em campanhas para devolver à circulação as moedas de pequeno valor que os clientes guardavam em casa. Coleção Santander Brasil.

Página ao lado: vista interna da filial do Banco Nacional do Comércio tendo ao fundo uma reprodução da sede do banco, em Porto Alegre, mesmo edifício que atualmente abriga o Farol Santander – Porto Alegre. Rio de Janeiro, década de 1950. Coleção Santander Brasil.

do Brasil acelerou a implementação do sistema de pagamentos chamado Pix.

Embora se trate de um fenômeno recorrente na história brasileira, a escassez da moeda miúda e as emissões de “moedas privadas” parecem se ampliar durante as crises comerciais. O comerciante sentia-se impelido a passar vales de troco, mas o público rejeitava-os sempre que possível. É possível que em momentos de estabilidade e expansão do meio circulante, os clientes pudessem escolher receber o troco em moeda metálica, porém, em momentos de crise, quando os fundos metálicos se retraíam, o público não tinha outra alternativa a não ser aceitá-los. Em muitos casos, comerciantes podiam até mesmo aceitar vales passados por outros comerciantes.

O desconforto do público diante da “anarquia monetária” encontrava apoio em correntes de opinião mais conservadoras, que viam na moeda privada um distúrbio que ameaçava o meio circulante. Em certos momentos, o próprio Estado enxergou nessas emissões uma concorrência indevida ao papel-moeda oficial.

Diante de tudo isso, é compreensível que ao longo da história a circulação dos papéis tenha causado incômodo à parte da população e às autoridades. Porém, também é indiscutível que eles cumpriram um papel importante na história financeira do Brasil, além de serem um registro inestimável no resgate da nossa trajetória política, econômica e social – e, é claro, de uma riqueza gráfica inestimável. 



NOTAS

1. *Pão de Santo Antônio* [Diamantina], n. 46, 20 ago. 1933, p. 2.
2. *O Ceará Moleque*, 2 mai. 1897, p. 2.
3. *Jornal do Recife*, 26 jun. 1900.
4. Brasil, Ministério da Fazenda, Proposta e relatório do ministro da fazenda apresentados à Assembleia Geral Legislativa na segunda sessão da décima legislatura, Rio de Janeiro, Typ. Nacional, 1858, p. 22-4.
5. Brasil. Ministério da Fazenda. Proposta e Relatório do Ministério da Fazenda apresentados à Assembleia Geral Legislativa da quarta sessão da décima legislatura. Rio de Janeiro, Typ. Nacional, 1860.
6. Brasil, Ministério da Fazenda, Relatório da Comissão de Inquérito nomeada por aviso do Ministério da Fazenda de 10 de outubro de 1859, Rio de Janeiro, 1860, s/n, p. 97.
7. *O Sol: Jornal Literário, Político e Crítico*, 8 dez. 1859, p. 2.
8. Brasil. Ministério da Fazenda. Proposta e relatório do ministro da fazenda apresentados à Assembleia Geral Legislativa na segunda sessão da décima legislatura. Rio de Janeiro, Typ. Nacional, 1858.
9. Brasil. Ministério da Fazenda. Proposta e Relatório do Ministério da Fazenda apresentados à Assembleia Geral Legislativa da quarta sessão da décima legislatura. Rio de Janeiro, Typ. Nacional, 1860.
10. Brasil. Ministério da Fazenda. Relatório da Comissão de Inquérito nomeada por aviso do Ministério da Fazenda de 10 de outubro de 1859, Rio de Janeiro, 1860, s/n, p. 97.
11. *O Sol: Jornal Literário, Político e Crítico*, 8 dez. 1859, p. 2.
12. MONTEIRO, Rosane Carvalho Messias. "Regiões esquecidas da história: um estudo da organização da mão-de-obra em fazendas do oeste paulista no período de transição". In: *História Econômica & História de Empresas*, v. 5, n. 2, 2002.
13. MONTEIRO, Rosane Carvalho Messias. "Regiões esquecidas da história: um estudo da organização da mão-de-obra em fazendas do oeste paulista no período de transição". In: *História Econômica & História de Empresas*, v. 5, n. 2, 2002.
14. Brasil. Ministério da Fazenda. Proposta e Relatório do Ministério da Fazenda apresentados à Assembleia Geral Legislativa da quarta sessão da décima legislatura. Rio de Janeiro, Typ. Nacional, 1860.
15. MARTINS, Claudia Marun Mascarenhas. *As empresas do Grupo Mascarenhas e o desenvolvimento de sociedades anônimas: expansão urbana e legado industrial*.
16. VAZ, Alisson Mascarenhas. "A indústria têxtil em Minas Gerais". In: *Revista de História*, n. 111, 1977, p. 101-118.
17. ARAMBURU, Mikel. "Aviamento, modernidade e pós-modernidade no interior amazônico". In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 9, n. 25, São Paulo, jun. 1994.
18. Brasil. Ministério da Fazenda. Proposta e relatório apresentados à Assembleia Geral Legislativa na terceira sessão da décima legislatura, pelo ministro e secretário de estado interino dos negócios da Fazenda, Visconde do Rio Branco. Rio de Janeiro, Typ. Nacional, 1871, p. 17-8.
19. A falta de nickéis. *O Tempo*, 26 abr. 1893.
20. Bahia. *Jornal do Commercio*, 20 jun. 1897, p. 1.
21. *Gazeta de Notícias*, 27 mar. 1891, n. 86, p. 2.
22. Bilhetes ao portador. *Minas Gerais*, 14 mar. 1896, p. 3.
23. Segunda Sessão da Primeira Legislatura. Sessões de 1 a 31 de junho de 1892. Volume II. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1892. Sessão em 27 de junho de 1892, p. 361-363.
24. Bilhetes ao portador. *Minas Gerais*, 14 mar. 1896, p. 3.
25. Congresso Nacional. Annaes da Camara dos Deputados. Segunda sessão da primeira legislatura. Sessões de 1 a 31 de agosto de 1892. Volume IV. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1892. Sessão de 12 de agosto de 1892, p. 322.
26. *A União*, 23 nov. 1895.
27. Falta de troco. *Diário de Notícias*, 27 ago. 1894, p. 1.
28. *A República*. Ceará, n. 97, 1 mai. 1894, p. 4.
29. Mensagem apresentada pelo Exm. Sr. Governador do Estado, Dr. Alexandre José Barbosa Lima, ao Congresso Legislativo em 13 de março de 1895. Recife: Typ. De Manoel Figueiroa de Faria & Filhos, 1895, p. 227.
30. *Jornal do Commercio*, n. 27, 27 jan. 1896, p. 1.
31. Vales que já não valem. *Jornal do Commercio*, 8 out. 1898, p. 3.



Bilhete de passagem de 200 réis da Amazon Company Limited, Pará. Impresso na década de 1890 com 5,2 x 2,7 cm, trata-se de um dos menores vales da Coleção Santander Brasil.



VALES EM NÚMEROS

<u>Apólices e cupons monetários de municípios, 1890-1946</u>	<u>111</u>
<u>Bilhetes da alfândega</u>	<u>2</u>
<u>Bilhete de crédito emitido pela Junta da Fazenda do Ceará, 1826</u>	<u>1</u>
<u>Bônus emitidos por movimentos revolucionários</u>	<u>3</u>
<u>Bônus monetários estaduais, 1890-1961</u>	<u>75</u>
<u>Conhecimento da República Rio-Grandense, 1838</u>	<u>1</u>
<u>Vale bancário, década de 1840</u>	<u>1</u>
<u>Vales emitidos por comerciantes, sociedades e particulares</u>	<u>334</u>
Total	528

GLOSSÁRIO

BARÃO O uso do termo “barão” como sinônimo de dinheiro resulta da nota de 1.000 cruzeiros emitida em 1981, que trazia a efígie do Barão de Rio Branco. Como um barão equivalia a 1.000 cruzeiros, o termo continuou sendo utilizado para designar o milhar de qualquer padrão monetário. Exemplo: um barão = 1.000 reais.

BÔNUS Títulos de crédito oferecidos por instituições públicas ou privadas, adquiridos como meio de investimento.

BORÓ Assim eram chamados os papéis com características monetárias emitidos por particulares e câmaras municipais do Ceará a título de apólices, cupons, vales e bônus ao longo da década de 1890. Uma forma jocosa de se referir a toda moeda não oficial.

BURRUSQUÊ Termo utilizado em Minas Gerais para designar toda espécie de vales, bônus e bilhetes que era emitida por particulares, municipalidades e governo estadual. Foi muito utilizado para designar os bônus emitidos pelo governo estadual em 1930, os quais circularam como moeda até a década de 1940.

CALCÁRIO Refere-se às obrigações ao portador (debêntures) emitidas pelas *Companhia Exploradora de Productos Calcareos* de Recife, Pernambuco. Esses títulos eram emitidos em pequenos valores e circulavam como moeda local. Posteriormente, o termo passou a designar dinheiro de maneira geral.

CÉDULA Originalmente, refere-se a um escrito de dívida do Estado, sem que haja referência a sua conversão em uma mercadoria específica, como ouro ou prata. No Brasil, a palavra foi

usada pela primeira vez entre 1828 e 1833, nas chamadas cédulas para o resgate da moeda de cobre, mas só passou a ser empregada de forma corrente em meados do século XX.

COBRE As moedas de cobre eram as de mais baixo valor do sistema monetário luso-brasileiro até meados do século XIX. Cunhadas com valores entre 10 e 80 réis, eram utilizadas como troco e também nas transações do cotidiano. Em meados do século XIX, a elevação do valor do metal inviabilizou seu uso como moeda miúda. A palavra “cobre” acabou permanecendo como sinônimo de dinheiro, e o termo foi reificado nas últimas décadas com o crescente aumento dos preços do cobre, que o transformou em uma espécie de metal nobre, reflexo da demanda aquecida na indústria elétrica e eletrônica.

CONTOS Cada milhar de mil-réis recebia o nome de “conto de réis”. Assim, 3 milhões de réis eram chamados de 3 contos de réis, sendo expressado, numericamente, com o uso de dois pontos: 3:000\$000.

DEBÊNTURE O mesmo que obrigação. Trata-se de um instrumento de crédito sob a forma de título ao portador, normalmente lançado (ou emitido) por uma sociedade anônima para contração de dívidas.

GIMBO Molusco univalve que servia de moeda em Angola e no Congo. Capturados com abundância na costa da Bahia, suas conchas serviam de moeda na compra de escravizados na costa da África por comerciantes brasílicos. O termo permanece, nos dias atuais, como designação popular do dinheiro em geral.

GRANA Em latim, “grana” é o plural de grão. O ouro em grãos era muito utilizado para realizar pagamentos no período Colonial. Contudo, em 1750, o seu uso foi proibido na região das Minas para incentivar a exportação de ouro para Portugal. Até os dias atuais, utiliza-se o termo grana para designar um valor elevado.

MIL-RÉIS O padrão monetário de Portugal e do Brasil até 1942 era o real. Porém, como ao longo do tempo a moeda perdera seu valor de compra, os valores eram expressados por múltiplos “dois mil-réis”. Do “mil-réis” surgiram termos como merréis e merreca.

NÍQUEL Metal que substituiu o cobre e a prata nas moedas. A partir de 1870, o Brasil começou a utilizar moedas de níquel ou de suas ligas, que circulavam paralelamente às de cobre e de prata, usadas nas transações pequenas e no troco. O termo “níquel” tornou-se uma forma popular de se referir a moedas em geral. Exemplo: máquina caça-níqueis.

PAUS OU HAJA-PAUS Designação dos vales passados por particulares e companhias em Pernambuco, principalmente depois que a polícia foi chamada para reprimir a sua circulação.

PILA Nome popular dos bônus emitidos por Raul Pilla, do Partido Libertador do Rio Grande do Sul, em 1933. Esses papéis deram origem ao termo “pila”, que designa ainda hoje o dinheiro em grande parte da região Centro-Sul do Brasil.

SAMPAIO Nome dado aos bilhetes de passagem da Companhia do Ferrocarril de Pernambuco. Esses bilhetes eram assinados pelo gerente da companhia e circulavam como moeda de troco em Recife.

TROCADO Termo usado para designar notas ou moedas de baixo valor. Tem origem na moeda miúda, entre 10 e 500 réis, utilizada para fazer o troco das notas do tesouro, cujo menor valor era o de 1.000 réis. Também pode ser utilizado para se referir aos valores menores das cédulas, como as notas de 2 ou 5 reais.

VINTÉM Como eram chamadas as moedas de 20 réis. Não confundir com “vintém de ouro”, unidade de valor relativa à vigésima parte do cruzado, que era uma antiga moeda de ouro portuguesa.

XEM-XEM Designação dada à moeda falsa de cobre que circulou em grande quantidade na primeira metade do século XIX. Entre os anos de 1821 e 1824, uma parte dessas moedas foi cunhada por forças pró e contra Portugal para financiar tropas mobilizadas no contexto da Independência do Brasil.

BIBLIOGRAFIA

- AIDAR, Bruno; GAMBI, Thiago Fontelas Rosado. "Moeda". In: AIDAR, Bruno; SLEMIAN, Andréa; LOPES, José Reinaldo de Lima. *Dicionário histórico de conceitos jurídico-econômicos (Brasil, séculos XVIII-XIX)*: volume II. São Paulo: Alameda, 2020.
- ARAMBURU, Mikel. "Aviamento, modernidade e pós-modernidade no interior amazônico". In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 25, p. 82-99, 1994.
- ARRUDA, Rogério Pereira de; SEABRA, Elizabeth Aparecida Duque; RIBEIRO, Ednalma Leticya Santiago Vial. "O crime de moeda falsa e sua abordagem pelo jornal Diário do Rio de Janeiro, 1840-1869". In: *Revista Aedos*, v. 10, n. 22, 2018, p. 140-165.
- BRASIL. MINISTÉRIO DA FAZENDA. Proposta e relatório do Ministério da Fazenda apresentados à Assembleia Geral Legislativa da quarta sessão da décima legislatura. Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1860.
- _____. Proposta e relatório do ministro da fazenda apresentados à Assembleia Geral Legislativa na segunda sessão da décima legislatura. Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1858.
- _____. Relatório da Comissão de Inquérito nomeada por aviso do Ministério da Fazenda de 10 de outubro de 1859, Rio de Janeiro, 1860, s/n.
- _____. Proposta e relatório apresentados à Assembleia Geral Legislativa na terceira sessão da décima legislatura, pelo ministro e secretário de estado interino dos negócios da Fazenda, Visconde do Rio Branco. Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1871.
- BRASIL. CONGRESSO NACIONAL. Annaes da Câmara dos Deputados. Segunda sessão da Primeira Legislatura. Sessões de 1º a 31 de junho de 1892. Volume II. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1892.
- BRASIL. CONGRESSO NACIONAL. Documentos parlamentares. Meio circulante: emissões e resgate, 1890-1891. 1. v. Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Commercio, 1894.
- BRASIL. PERNAMBUCO. Mensagem apresentada pelo Exm. Sr. Governador do Estado, Dr. Alexandre José Barbosa Lima, ao Congresso Legislativo em 13 de março de 1895. Recife: Typ. de Manoel Figueiroa de Faria & Filhos, 1895.
- CAVALCANTI, Amaro. *O meio circulante nacional: resenha e compilação chronologica de legislação e de factos*, 2. v. (de 1836 a 1866). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1893.
- COHEN, Ilka Stern. *Bombas sobre São Paulo: a Revolução de 1924*. São Paulo: Unesp, 2007.
- CORRÊA, Fábio Rogério Cassimiro. "Letra de câmbio". In: AIDAR, Bruno; SLEMIAN, Andréa; LOPES, José Reinaldo de Lima Lopes. *Dicionário histórico de conceitos jurídico-econômicos (Brasil, séculos XVIII-XIX)*: v. II. São Paulo: Alameda, 2020.
- CUNHA, George Henrique de Moura. "Ensaio sobre a economia da província do Ceará durante o século XIX". *Revista Economia Política do Desenvolvimento*. Maceió, v. 5, n. 7, jun. 2018, p. 98-111.
- DUNLOP, C. J. *Apontamentos para a história dos bonds no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Editora Gráfica Laemmert, 1953.
- FARIA, Airton. *História do Ceará*. Fortaleza: Editora Armazém da Cultura, 2012.
- FERNANDES, Santiago. "Mauá, o economista do Império. Análise de sua crítica científica ao padrão-ouro". *Revista Brasileira de Economia*. Rio de Janeiro, v. 28, ed. 2, abr.- jun. 1974.
- FRANCO, Bernardo de Souza. *Os bancos no Brasil: sua história, defeito da organização actual e reforma do sistema bancário*. Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1948.
- FRANCO, Gustavo H. B. *A economia em Machado de Assis. O olhar oblíquo do acionista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2008.
- FREIRE, Jonis; SARAIVA, Luiz Fernando. "Pertence a Liberta Firmina, 09 de maio de 1888: Relações de crédito na transição do trabalho escravo para o livre em uma região cafeeira – zona da mata mineira". In: *17º Seminário sobre a Economia Mineira*, Diamantina, 2016.
- FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. *Dicionário histórico biográfico brasileiro pós 1930*. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2001.
- GIRÃO, Raimundo. *História Econômica do Ceará*. 2. edição. Fortaleza: Editora UFC: Casa José Alencar, 2000.
- LACERDA, Lígia Maria Alves. *Pietro Biancovilli. Imagens da industrialização no álbum de litografia do Museu Mariano Procópio (1888-1914)*. Juiz de Fora: UFJF-ICH (Dissertação de Mestrado), 2012.
- MILLET, Henrique Augusto. *O meio circulante e a questão bancária*. Recife: Typografia do Jornal do Recife, 1875.
- MONTEIRO, Rosane Carvalho Messias. "Regiões esquecidas da história: um estudo da organização da mão-de-obra em fazendas do oeste paulista no período de transição". In: *História Econômica & História de Empresas*, v. 5, n. 2, 2002.
- NASCIMENTO, Maria Regina do. "No andar do bonde, a vivência da cidade". In: *Biblos*, v. 10, 1998, p. 141-146.
- OLIVEIRA, Maria Tereza Ribeiro de. "Notas sobre algumas das fontes mais relevantes para o estudo da moeda brasileira no Império: 1822-1889". In: *America Latina em la Historia Económica*, v. 10, n. 1, ene.-jul. 2003, p. 23-32.
- PACÍFICO, Alan. "Geografia histórica do transporte aquaviário de passageiros na baía da Guanabara: uma análise da relação entre poder público e capital privado na evolução urbana do Rio de Janeiro". *Geo UERJ*, ano 13, v. 1, 1. sem. 2011.
- SAES, Flavio Azevedo Marques de. *Crédito e bancos no desenvolvimento da economia paulista, 1850-1930*. São Paulo: Instituto de Pesquisas Econômicas, 1986.
- SALDANHA, Carlos Fernando Furtado. "Meios de transporte coletivos de tração animal na cidade do Rio de Janeiro (1838-1892)". Rio de Janeiro: UFRJ-CCMN (Dissertação de Mestrado), 2008.
- SILVA, Antonio de Moraes. *Diccionario da Lingua Portuguesa*. Tomo I, A-E. Lisboa: Typ. de Antonio José da Rocha, 1858.
- SILVA, Antonio de Moraes. *Diccionario da língua portuguesa*. Tomo II, F-Z. Lisboa: Typ. de Antonio José da Rocha, 1858.
- STEIN, Stanley J. *Origens e evolução da Indústria têxtil no Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 1979.
- TRIGUEIROS, F. dos Santos. *Dinheiro no Brasil*. Rio de Janeiro: Léo Christiano Editorial, 1987.
- VAZ, Alisson Mascarenhas. "A indústria têxtil em Minas Gerais". In: *Revista de História*, n. 111, 1977, p. 101-118.
- WEID, Elisabeth von der. *O bonde como elemento de expansão urbana no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1997.

BANCO SANTANDER BRASIL

Presidente

Sérgio Rial

Vice-presidente executiva de Comunicação, Marketing, Relações Institucionais e Sustentabilidade

Patrícia Audi

Superintendente-executiva de Eventos, Patrocínios e Cultura

Bibiana Berg

Coordenador-geral dos Faróis Santander São Paulo e Porto Alegre e da Coleção Santander Brasil – arte e memória bancária

Carlos Trevi

COLEÇÃO SANTANDER BRASIL – ARTE E MEMÓRIA BANCÁRIA

Coordenador

Carlos Trevi

Museóloga

Denise Serra Michelotti

Técnicos em documentação de conservação de acervos

Claudia Gobbi Bazanelli

Maurício Munuera

Expomus Exposições, Museus e Projetos Culturais

Historiadores

Cleber Silva Ramos

Fábio Rogério Cassimiro Corrêa

Matheus Pastrello da Silva

Maurício Mendes Vieira

Expomus Exposições, Museus e Projetos Culturais

VALES, BÔNUS E BILHETES – COLEÇÃO SANTANDER BRASIL

Coordenação editorial

Carlos Trevi

Fábio Rogério Cassimiro Corrêa

Textos

Chico Homem de Melo

Designer e pesquisador do

design gráfico brasileiro

Fábio Rogério Cassimiro Corrêa

Pesquisador de história bancária

Preparação de textos

Márcia Schuler

Identidade visual e projeto gráfico

Regina Cassimiro

Catavento Design Gráfico

Créditos das imagens

Arquivo Nacional, páginas, 20-21

(Milton), 82, 98

Coleção Santander Brasil, fotografias de

Felipe Conde, páginas, 78, 99, 103-104;

Leandro Andrade, capa e páginas 4-5,

23, 25 (em baixo), 31 (fundo), 36-37,

54 (em baixo), 60 (fundo), 62 (fundo),

64, 65, 67, 68 (fundo), 73 (fundo), 74

(fundo), 79, 81, 82 (fundo), 89 (fundo),

90-91 (fundo), 96 (fundo), 107, 108.

Reproduções de acervo, páginas, 8-9,

11-12, 14, 16-17, 19, 22, 24-25, 27-33, 40,

43-53, 55-56, 59-60, 62-63, 66, 68-73, 75,

83-85, 88, 90-91, 93-95, 97, 100-102, 105.

Fundação Biblioteca Nacional, páginas:

26, 34, 38-39 (Guilherme Gaensly),

41-42 (Luis Schlappriz), 54, 57, 61,

76-77 (L. P. Dias), 96.

Fundação Energia e Saneamento,

páginas: 80 e 92 (autoria desconhecida).

Fundação Getúlio Vargas – CPDOC,

páginas: 86-87 (autor desconhecido).

Revisão de textos

Samantha Arana

Acompanhamento gráfico

Regina Garjulli

Tratamento de imagens

Effort Consultoria Gráfica

Impressão

Stilgraf

Agradecimentos

Lauri Henrique Ferreira Lopes

Marcia Bertotto

Ficha catalográfica elaborada por

Liliane Castro – Bibliotecária CRB-8/6748

C824v Corrêa, Fábio Rogério Cassimiro
Vales, bônus e bilhetes : coleção Santander Brasil / Fábio Rogério Cassimiro Corrêa ; organização Carlos Trevi. – 1. ed. - São Paulo: Catavento Design Gráfico, 2021.
116p. ; il.

ISBN 978-65-993076-4-5.

1. Dinheiro : história. 2. Numismática. 3. História do Brasil. I. Trevi, Carlos. II. Título.

Tipologia: Gazette e Nunito Sans

Papel: couchê fosco 150 g/m2

Tiragem: 1.000 exemplares

CDD: 332.4981

CDU: 336.7(81)



